


**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**

Darlene Alves de Oliveira

**FALAR PRISIONAL: AS GÍRIAS UTILIZADAS PELAS MULHERES EM
SITUAÇÃO DE CÁRCERE COMO FORMA DE IDENTIDADE, INCLUSÃO E
PROTEÇÃO**

Campo Grande/MS
2018

M	 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
OLIVEIRA	<p style="text-align: center;">Darlene Alves de Oliveira</p>
FALAR PRISIONAL: AS GÍRIAS UTILIZADAS PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE COMO FORMA DE IDENTIDADE, INCLUSÃO E PROTEÇÃO	<p style="text-align: center;">FALAR PRISIONAL: AS GÍRIAS UTILIZADAS PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE COMO FORMA DE IDENTIDADE, INCLUSÃO E PROTEÇÃO</p>
2018	<p style="text-align: center;">Campo Grande/MS 2018</p>

Darlene Alves de Oliveira

**FALAR PRISIONAL: AS GÍRIAS UTILIZADAS PELAS MULHERES EM
SITUAÇÃO DE CÁRCERE COMO FORMA DE IDENTIDADE, INCLUSÃO E
PROTEÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para a para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura.

Orientador: Prof.^a Dra. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros

Campo Grande/MS
2018

O46f Oliveira, Darlene Alves de

Falar prisional: as gírias utilizadas pelas mulheres em situação de cárcere como forma de identidade, inclusão e proteção. Darlene Alves de Oliveira. Campo Grande, MS.: UEMS, 2018.

90fl.; 30cm

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Lúcia de Escobar Chaves.

Dissertação (Mestrado) – Letras – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, 2018.

1. Mulheres encarceradas. 2. Gírias. 3. Sentidos.
I. Título.

CDD 23.ed. 417.2

Darlene Alves de Oliveira

FALAR PRISIONAL: AS GÍRIAS UTILIZADAS PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE COMO FORMA DE IDENTIDADE, INCLUSÃO E PROTEÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para a para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura.

Orientador: Prof.^a Dra. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (Presidente) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. João Fabio Sanches Silva – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dra. Patrícia Graciela da Rocha – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS

Prof. Dra. Daniela Sayuri Kawamoto Kanashiro – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS (suplente)

Prof. Dra. Aline Saddi Chaves – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS (suplente)

Campo Grande/MS, 27 de março de 2018.

Ao meu neto Henrique, guerreiro nato,
que trouxe alegria diferenciada ao meu coração
e me fez conhecer o mundo surpreendente dos “especiais”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus pelo socorro bem presente nos momentos de angústia.

À minha querida e amiga, professora Dra. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros, pela forma carinhosa e dedicada como orientou esta pesquisa; por suas palavras de incentivo, seus valiosos comentários, seus sábios conselhos e recomendações teóricas, que fizeram com que esta pesquisa fosse possível.

Aos professores participantes da banca examinadora Dr. João Fabio Sanches Silva, Dra. Patrícia Graciela da Rocha e seus suplentes Dra. Daniela Sayuri Kawamoto Kanashiro e Dra. Aline Saddi Chaves, por compartilharem comigo este momento tão singular e pelos apontamentos que engrandeceram essa pesquisa.

Aos meus filhos, Karoline, Karine e Lucas, minhas fontes de inspiração e luta.

Ao meu pai de coração Elizandro Ferreira Dias (*in memoriam*) que me ensinou que amar é uma opção e que o elo sanguíneo é ínfimo diante da grandeza do amor.

À professora Geralda Alves de Oliveira, minha mãe-avó, que me fez ser a pessoa que sou e com seu exemplo de fibra, caráter e fé me ensinou valores éticos, morais e cristãos. Seu profissionalismo me ensinou a amar a docência.

À minha mãe Dilza de Oliveira Dias, por acreditar no meu potencial e me incentivar a seguir na busca do conhecimento.

À professora Karine Albuquerque de Negreiros, filha amada, parceira que me incentivou a retomar os estudos, apoiou-me nos momentos difíceis dando forças para que eu não desistisse, fazendo-me acreditar no resultado desta pesquisa.

Ao meu companheiro Ewerton de Oliveira Cardoso, que sempre me apoiou e incentivou nos momentos árdus desta pesquisa.

Aos docentes que ministraram aula no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo

Grande, pelos ensinamentos valiosos durante o período de curso das disciplinas oferecidas pelo Programa de Mestrado.

À direção da Agência de Administração do Sistema Penitenciário, na pessoa de seu diretor presidente Aud de Oliveira Chaves que nos autorizou a realizar esta pesquisa.

À diretora do presídio feminino Irmã Irma Zorzi, Mari Jane Bolletti Carrilho e a chefe da Divisão de Estabelecimentos Penais Feminina – Jane Maria Motta Stradiotti, pela acolhida, recepção e total colaboração nesta pesquisa.

Às mulheres, que nos forneceram os dados e nos permitiram conhecer, por meio de uma linguagem diferenciada, uma nova visão de mundo.

Ao professor Dr. Nataniel dos Santos Gomes que me recebeu de forma carinhosa como aluna especial em sua disciplina. Incentivou-me a participar do processo seletivo do mestrado, dando-me sugestões e apoio na realização desta pesquisa.

Às amigas que fiz no mestrado: Catarina Santos Capitulino, Lucinéia Ramos, Fernanda Viana de Sena e Gisele Vasconcelos dos Santos Ferreira.

A equipe da Procuradoria Jurídica da Agepen que prontamente forneceu as legislações pertinentes a esta pesquisa.

Para muitos pode ter sido sorte, mas eu creio que foram as misericórdias de Deus, somadas às orações de uma mãe, avó, professora, que me impediram de:

Pisar na bola,

Assumir uma bronca,

Ser levada ao capá preta,

Receber uma condena,

Ser jogada no presídio,

Ter que dormir na praia até conseguir uma jega,

E então, baixar meu quieto e poder cuidar do meu bebê,

dar mamá, papá,

Quem sabe até roçar?

Até que cantasse a minha Lili e com a sociedade, eu pudesse de novo estar.

(Darlene Alves de Oliveira)

OLIVEIRA, D. *Falar prisional: as gírias utilizadas pelas mulheres em situação de cárcere como forma de identidade, inclusão e proteção*. 2018. 90fls. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo principal analisar as gírias utilizadas pelas mulheres em situação de cárcere no Estabelecimento Penal Feminino de Regime Fechado Irmã Irma Zorzi – EPFIIZ, na cidade de Campo Grande, no MS, como expressão de identidade, inclusão e proteção. Como objetivos específicos, procuramos investigar o processo de interação prisional e a maneira como ele influencia o comportamento social das mulheres presas, inclusive na escolha de seu repertório linguístico e relacionar os sentidos das palavras com o dia a dia das encarceradas. Para tal, baseamo-nos nos princípios da Sociolinguística Variacionista e nos autores dessa área tais como: Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2014), Coelho (2015), Labov (1972), Mollica e Braga (2015) e Tarallo (1985). Utilizamos, nesta pesquisa, a base teórica da variação e mudança linguística, de linha laboviana pelo fato de seus aportes teóricos levarem em conta o contexto social de produção de fala e considerarem a língua como um conjunto de práticas sociais. A coleta de dados foi realizada por meio de conversas informais com dez mulheres encarceradas, em idades entre 18 e 40 anos. Dada à dificuldade de serem gravadas, as conversas foram registradas em diário e, posteriormente, analisadas. Grande parte dos vocábulos gírios elencados não estão registrados em dicionários e alguns foram dicionarizados com sentidos diversos, ratificando assim, a relevância desta pesquisa. Durante o estudo, comprovamos que a gíria é importante para as relações sociais estabelecidas dentro da prisão, pois refletem os padrões de comportamento, as experiências culturais e enunciativas do grupo investigado, servindo, não só como estratégia de interação, mas também como mecanismo de construção de uma identidade coletiva, inclusão, defesa e proteção de seus membros. Por meio de uma análise sociolinguística das gírias usadas por estas mulheres pontuamos a relação estabelecida entre as variáveis linguísticas e o sexo / gênero e entendemos que a gíria é uma ferramenta de interação utilizada para garantir a convivência durante o período de segregação e por isso se adequa a situação de uso. Com esta pesquisa, esperamos suscitar reflexões sobre o papel da gíria enquanto uma variante linguística da língua portuguesa.

Palavras-chave: mulheres encarceradas; gírias; sentidos.

OLIVEIRA, D. *Falar prisional: as gírias utilizadas pelas mulheres em situação de cárcere como forma de identidade, inclusão e proteção*. 2018. 90fls. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2018.

RESUMEN

Esta investigación tiene por objetivo principal analizar las jergas utilizadas por las mujeres en situación de cárcel en el Establecimiento Penal Femenino de Régimen cerrado Irmã Irma Zorzi – EPFIIZ, en la ciudad de Campo Grande, en el MS, como expresión de identidad, inclusión y protección. Como objetivos específicos, buscamos investigar el proceso de interacción en la cárcel y la manera como él influencia el comportamiento social de las mujeres presas, incluso en la elección de su repertorio lingüístico y relacionar los sentidos de las palabras con el día a día de las encarceladas. Para tal, basámonos en los principios de la Sociolingüística Variacionista y en los autores de esa área como: Bagno(2007), Bortoni-Ricardo (2014), Coelho (2015), Labov(1972), Mollica y Braga (2015) y Tarallo (1985). Utilizamos, en esta investigación, la base teórica de la variación y cambio lingüístico, de base Laboviana por el hecho de esos aportes teóricos llevaren en cuenta el contexto social de producción de habla y consideraren la lengua como un conjunto de prácticas sociales. La recolección de datos fue realizada por medio de charlas informales con diez mujeres encarceladas con edades entre 18 e 40 años. Por cuenta de la dificultad en efectuar grabaciones, las charlas fueran registradas en diario y, después, analizadas. Gran parte de las jergas no están asentadas en diccionarios y algunas fueran diccionarizadas con sentidos diversos, ratificando así, la relevancia de esta investigación. Durante el estudio, comprobamos que la jerga es importante para las relaciones sociales establecidas en la cárcel, pues reflejan patrones de comportamiento, las experiencias culturales, bien como enunciativas del grupo investigado, sirviendo, no solo como estrategia de interacción, pero también como mecanismo de construcción de una identidad colectiva, defensa y protección de sus miembros. Por medio de un análisis sociolingüístico de las jergas usadas por estas mujeres puntuamos la realización establecida entre las variables lingüísticas y el sexo / género y entendemos que la jerga es una herramienta de interacción utilizada para garantizar la convivencia durante el periodo de segregación y por eso se adecua a la situación de uso. Con esta investigación, esperamos suscitar reflexiones sobre el papel de la jerga mientras una variante lingüística de la lengua portuguesa.

Palabras-clave: mujeres encarceladas; jergas, sentidos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	----

CAPÍTULO I – “É NÓIS NA FITA” - CONTEXTO DE PESQUISA

1.1. A prisão feminina no contexto brasileiro	17
1.2. O histórico prisional feminino em MS.....	19
1.3. Presídio Irmã Irma Zorz	20
1.4. A interação no ambiente prisional.....	23

CAPÍTULO II – “É NÓIS NO COMANDO” - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1. A Sociolinguística e o falar prisional	28
2.2. As diferenças linguísticas e as questões de gênero	33
2.3. A Gíria: definição, origem e sentido	36

CAPÍTULO III - “É NÓIS NA CORRERIA”- ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. Metodologia da pesquisa	45
3.2. Procedimentos adotados	46
3.3. Descrição das participantes.....	47
3.4. Coleta e tratamento dos dados.....	49

CAPÍTULO IV – “É NÓIS FALANO” - A LÍNGUA DO EPFIIZ

4.1. Bebê	53
4.2. Mamá / papá.....	54
4.3. Coração	56
4.4. Chorona.....	58
4.5 . Capa preta	59
4.6 . Jega.....	61
4.7. Cantar a lili.....	62
4.8. Quietto	64
4.9. Roçar	66
4.10 Talarica.....	68

CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
-----------------------------------	----

REFERÊNCIAS	75
--------------------------	----

ANEXOS	80
---------------------	----

INTRODUÇÃO

O sujeito social não pode ser dissociado da língua porque as línguas não existem sem as pessoas que as falam (Calvet, 2002). Por meio da língua são estabelecidos contatos e mantidos relacionamentos pessoais. No entanto, ela não pode ser considerada apenas como um veículo de comunicação, pois é um sistema de práticas sociais utilizado nos contatos interpessoais e em diferentes contextos, refletindo os valores do grupo social a que o falante pertence, apresentando assim uma relação intrínseca entre língua e sociedade.

As mulheres em situação de cárcere, grupo social escolhido para investigação desta pesquisa, usa a língua portuguesa para interagir, compartilhar interesses e valores. Fato que nos leva a refletir sobre a ideia de que a língua não é uma estrutura pronta e acabada, ao contrário, é heterogênea, passível de mudanças e influências condicionadas por fatores extralinguísticos ou sociais como localização, status social, gênero, faixa etária, escolaridade, entre outros. (COELHO *et al.*, 2012)

Uma vez que as diferenças culturais, sociais, regionais refletem na língua, trazendo uma multiplicidade de linguagem, podemos afirmar que durante a reclusão, o contingente carcerário feminino produz um falar diferenciado, marcado pelo emprego de gírias que, em sua maioria, são incompreensíveis à comunidade externa e até mesmo às pessoas que de certa forma ocupam o mesmo ambiente social, como professores, médicos e enfermeiros.

Tal situação pode ser observada, no Estabelecimento Penal Feminino Irmã Irma Zorzi, doravante EPFIIZ, onde as presas fazem uso de gírias que não são facilmente identificadas nem mesmo pelas agentes penitenciárias que passam anos trabalhando no ambiente prisional.

A nossa motivação para esta pesquisa veio do contato direto com as mulheres reclusas, pelo fato de exercer a função de agente penitenciário e, em algumas situações de interação, não conseguir identificar o significado das palavras usadas no presídio, mesmo compartilhando o mesmo local.

Percebemos que nossa incompreensão se deve ao fato de se tratar de uma articulação linguística que retrata a condição social de uma comunidade de fala que usa a Língua Portuguesa de forma metafórica, modificando os sentidos semânticos dos vocábulos, no intuito de preservar as informações e mantê-las em sigilo.

Essa situação aguçou nosso interesse em estudar o falar dessas mulheres na busca de entender o sentido das gírias usadas, correlacionando-as às estruturas linguísticas e às condições extralinguísticas que motivam seu uso.

Diante deste cenário, nos veio a seguinte indagação: levando em consideração que o uso das gírias dentro do ambiente prisional feminino é uma tentativa de dificultar a compreensão por parte das pessoas que não são da mesma comunidade de fala, em que medida esse falar expressa identidade, serve como meio de inclusão e garante proteção às suas usuárias?

Partindo desse questionamento, demos início a nossa pesquisa que tem como objetivo principal analisar as gírias utilizadas pelas mulheres em situação de cárcere, no EPFIIZ, na cidade de Campo Grande, no MS, como expressão de identidade, inclusão e proteção. Os objetivos específicos consistem em conhecer o processo de interação dessas mulheres e a maneira como ele influencia o comportamento social, inclusive na escolha de seu repertório linguístico; relacionar os sentidos das gírias usadas com o dia a dia das encarceradas e entender até que ponto esse uso favorece a identificação da falante e revela sua visão de mundo.

Traçados os objetivos, procuramos assim evidenciar a importância da gíria, no ambiente prisional, na medida em que seu uso não está ligado apenas ao significado literal de seus referentes léxicos, mas sim aos sentidos culturalmente construídos no mundo subjetivo de seus usuários e no contexto interacional, a fim de fortalecer as relações sociais entre os membros do grupo que as empregam.

Segundo Cabello (1991), a gíria surge para satisfazer necessidades advindas da formação de grupos restritos, compostos de falantes que tenham interesses comuns e serve como instrumento de identidade e de defesa social do grupo que a utiliza. Assim, seu emprego advém do convívio social e esse falar diferenciado mostra adequação às condições de produção do falante.

Sendo o aspecto social um dos fatores determinantes da heterogeneidade da língua e conseqüentemente responsável pela diversidade linguística, buscamos na Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) o aporte teórico para reconhecer a variabilidade da língua de acordo com os contextos de uso considerando, assim, a relação entre língua e sociedade, pois as ocorrências linguísticas refletem o valor social.

No intuito de evidenciar que nas práticas linguísticas das mulheres presas estão inseridos os valores sociais, passamos então a seleção de informantes, atendendo a sugestão de Tarallo (1985), ou seja, amostragem aleatória, mas mesmo na escolha aleatória foi necessário buscar um perfil que se aproximasse dos objetivos propostos. Por isso, foram selecionadas, como participantes, seis presas de idades entre 18 e 40 anos, com condenação superior a dois anos e que exerciam funções laborais distintas dentro do presídio, como as de costureiras, manicures, cabeleireiras, copeiras, cozinheiras, auxiliares de limpeza, dentre outras.

Escolher presas que trabalham dentro do presídio se justifica pelo fato de que essas saem da cela diariamente e têm acesso à ala dos funcionários. No início, elas se mostravam intrigadas por não saberem os motivos que nos levavam a ter interesse pelo seu falar, mas à medida que esclarecíamos seus questionamentos, mostrávamos a importância da participação para a elaboração da pesquisa científica e dávamos garantias de anonimato, elas se mostravam mais seguras e participavam falando sobre as gírias usadas e sobre as situações em que eram empregadas. Procuramos deixar claro que as informações passadas seriam utilizadas para fins acadêmicos e mais especificamente ao estudo das gírias, enquanto prática social, e que, portanto, não tínhamos a intenção de prejudicá-las, tampouco colocá-las em situação de constrangimentos e riscos.

Uma vez que o perfil das participantes já estava traçado, passamos a coleta de dados. Recorremos a entrevistas informais e individuais que permitiram levantar o *corpus* deste trabalho e conhecer os valores semânticos atribuídos às gírias utilizadas. Os exemplos foram fornecidos de maneira espontânea e voluntária pelas detentas, que aceitaram e se dispuseram a colaborar com a pesquisa. O registro foi feito em um diário, imediatamente após cada interação. Optamos por não gravar as entrevistas devido à proibição de entrada de qualquer equipamento eletrônico, sem autorização legal e por entender que qualquer exposição oral, se gravada, provavelmente levaria a um controle das falas e deixaria de ser espontânea, principalmente naquele contexto.

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No capítulo I, fizemos um breve estudo sobre a legislação vigente, no que diz respeito às questões da mulher encarcerada no Brasil, especificamente no estado de Mato Grosso do Sul com base nas políticas voltadas à assistência e à ressocialização que buscam resgatar a autoconfiança e a autoestima da apenada, ou seja, mulher que cumpre pena.

Apresentamos o histórico de criação do EPFIIZ e a maneira como se dá a interação, naquele local.

No capítulo II, discorremos sobre os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista na busca de mostrar a importância e a função social da gíria prisional feminina, seus sentidos e significados contextualizados à cultura e à sociedade em que a mulher presa está inserida. Tratamos a origem e expansão da gíria, o fenômeno linguístico utilizado, no ambiente prisional, sob o sentido figurado e metafórico, mas atendendo às necessidades de interação. Para o diálogo dessas questões recorreremos a autores como Labov (2008), Bortoni-Ricardo (2014), Coelho (2012, 2015), Mollica e Braga (2015) e Preti (1984).

No capítulo III apresentamos a metodologia desta pesquisa, os procedimentos formados, a partir dos objetivos propostos, que auxiliaram na investigação e os instrumentos de coleta de dados, de análise e interpretação dos resultados.

Em seguida, no capítulo IV, realizamos as análises dos dados copilados apresentando os significados semânticos ou metafóricos das gírias prisionais femininas e relacionando os sentidos das palavras empregadas com o dia a dia de suas usuárias.

Por meio do estudo da gíria, em especial a utilizada por mulheres em situação de cárcere, no EPFIIZ, esperamos suscitar reflexões sobre o papel da gíria enquanto uma variante linguística de Língua Portuguesa.

Com esta pesquisa, esperamos contribuir como os estudos linguísticos uma vez que traz à luz uma linguagem que reflete o mundo das usuárias que a empregam e poderá incentivar pesquisadores, professores e estudantes da área de Letras e afins a analisar e investigar os desdobramentos envolvidos no uso da gíria.

CAPÍTULO 1 – “É NÓIS NA FITA” _ CONTEXTO DE PESQUISA

No ambiente prisional, a expressão que aparece no título faz alusão a frase popular “Estamos na área”, ou seja, demonstra que, em um dado momento, um grupo ou alguns indivíduos estão em evidência ou destaque. Fazendo analogia ao sentido empregado, colocaremos em proeminência o grupo pesquisado, apresentando a legislação vigente, no que diz respeito às questões da mulher encarcerada no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul, especificamente em Campo Grande.

Ao ser privada da liberdade, a mulher é separada da família, dos filhos, de seus parceiros, sem ter autonomia para conduzir sua vida. Porém, não perde suas características físicas, emocionais, biológicas, psicológicas, sociais e por isso as políticas públicas voltadas à assistência e ressocialização da encarcerada buscam garantir todos os direitos que lhe assegurem uma vida digna e lhe possibilitem resgatar sua autoconfiança e autoestima, pois a privação da liberdade constituiu um dos mais fortes componentes de exclusão social.

1.1. A prisão feminina no contexto brasileiro

As prisões, no Brasil, até o ano de 1940, abrigavam homens e mulheres e a separação por sexo era feita em alas, celas e pavilhões, pois não havia nenhuma instituição que abrigasse somente as mulheres.

A partir de 1941, surgiram às primeiras medidas visando à acomodação de mulheres infratoras em estabelecimento penal específico. Em 11/08/1941 foi publicado o Decreto-Lei 12.116 de criação de uma seção destinada ao "Presídio de Mulheres", em São Paulo, para abrigar somente as presas definitivamente condenadas.

É criada junto à Penitenciária do Estado e sujeita às leis e regulamentos em vigor, no que lhe for aplicável, uma Seção destinada ao "Presidio de Mulheres", subordinada à administração daquele estabelecimento. (DECRETO-LEI 12.116, ART. 1º)

No mesmo ano, no Rio de Janeiro, houve a do Decreto-Lei nº 3.971 que dispunha sobre o cumprimento de penas do Distrito Federal estabelecendo o cumprimento da pena privativa de liberdade, sempre que possível, na Penitenciária de Mulheres.

As mulheres cumprirão pena privativa de liberdade sempre que possível na Penitenciária de Mulheres subordinada à Penitenciária Central, assegurando-se a separação entre as condenadas a penas de reclusão, de detenção e de prisão simples. (DECRETO-LEI 3.971, ART.4º)

Em 11 de julho de 1984, foi sancionada a Lei de Execução Penal nº 7.210 que manteve em seu Artigo 82, parágrafo 1º o recolhimento da mulher em estabelecimento próprio e adequado a sua condição pessoal.

Em 2009, as Leis nº 11.942/09 e nº 12.121/09 trouxeram novas conquistas às mulheres relacionadas à sua situação de cárcere, sendo-lhes garantidos alguns direitos. Dentre eles elencamos: o direito ao acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido; ambientes dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade; uma seção para gestante e parturiente e creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa e possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas.

Em 2014, o Ministério da Justiça instituiu a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, por meio da Portaria Interministerial Nº 210, de 16/01/2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU, Nº 12 de 17 de janeiro de 2014, com o objetivo de reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, contribuindo para a garantia dos direitos das mulheres, nacionais e estrangeiras, previstos nos Art. 10, 14, § 3º, 19, parágrafo único, 77, § 2º, 82, § 1º, 83, §§ 2º e 3º, e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Desse modo, em linhas gerais, a lei brasileira busca atender a mulher presa em sua essência assegurando-lhe alguns direitos associados ao seu papel tradicional de mãe e de mulher. Essas medidas consideram as questões relacionadas ao gênero feminino e visando auxiliar a apenada durante o período de reclusão.

A seguir mostraremos a origem do sistema prisional no MS e os impactos da legislação voltada às mulheres ao atual funcionamento dos presídios femininos.

1.2. O histórico prisional feminino em MS

As modificações legais ocorridas em 2009, no que tange às condições de cumprimento de pena, trouxeram mudanças ao sistema prisional feminino de todo país. Em Mato Grosso do Sul, essas alterações deram origem a criação por meio do Decreto nº 26, de 01 de janeiro de 1979, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE nº 01, página 152, na mesma data, do Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (DSP), cuja incumbência era administrar o sistema penitenciário do estado em consonância com as legislações vigentes. No ano de 2000, a Lei 2.152, publicada no DOE nº 5.376 em 27 de outubro de 2000, reorganizou a estrutura básica do Poder Executivo de Mato Grosso do Sul e alterou a denominação do DSP para Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – Agepen, cuja nomenclatura ainda está em vigor.

No início da década de 1980, o Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul, assim nomeado na época, criou uma ala feminina no Instituto Penal de Campo Grande para recolher oito internas e posteriormente outra ala com capacidade para abrigar cinco internas menores de idade.

Com aumento da população carcerária, a Diretoria Geral do Departamento do Sistema Penitenciário propôs a criação de um Presídio Feminino em observância ao que previa o parágrafo 1º do artigo 82, da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, que determina o recolhimento de mulheres em estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

Após análise do pedido, o então governador do estado criou o Estabelecimento Penal Feminino de Campo Grande, por meio da Portaria GAB.DSP/Nº 004/86 de 12 de maio de 1986, publicada no Diário Oficial do Estado, Nº 1821 de 22 de maio de 1986, sendo destinado a custodiar mulheres processadas e sentenciadas, devidamente separadas, e observadas as demais cautelas previstas em legislação pertinente.

O presídio foi inaugurado em 25 de junho de 1986, com sede à rua Pernambuco, nº 258, Bairro São Francisco, em uma residência alugada e adaptada com capacidade para atender 50 internas, porém, havia 18 internas recolhidas. Em 19 de maio de 1995, foi inaugurado o atual Estabelecimento Penal Feminino Irmã Irma Zorzi, que recebeu este nome em homenagem a freira Irma Zorzi que realizou um trabalho humanitário em prol da população carcerária feminina.

Segundo dados da *Cartilha Módulo Mulher*¹ da Agepen, Mato Grosso do Sul é o único Estado que não possui mulheres em unidades mistas, tendo presídios exclusivamente femininos. É a unidade da federação que possui proporcionalmente o maior número de presídios femininos do país alcançando municípios como: Campo Grande, Corumbá, Dourados, Ponta Porã, Jateí, Três Lagoas, Rio Brillhante e São Gabriel do Oeste.

Visando a dar uma maior assistência à mulher encarcerada de Mato Grosso do Sul, o Governo Federal e o Governo Estadual somaram esforços e estão construindo, em Campo Grande, uma nova unidade prisional feminina que abrigará, em uma área de 6.249 m², 407 mulheres. O novo espaço contará com alojamentos, creche e berçário, garantindo todos os direitos assegurados às mulheres em situação de privação de liberdade.

Dessa forma, podemos dizer que Mato Grosso do Sul tem atendido, na medida do possível, o que prevê a legislação que regula o cumprimento de penas privativas de liberdade por mulheres.

Na próxima seção detalharemos a capacidade e funcionamento do maior presídio feminino do estado, objeto de estudo desta pesquisa.

1.3. Presídio Irmã Irma Zorzi

De acordo com dados da Diretoria de Operações _ (DOP), responsável pela classificação e lotação das unidades penais do estado, a capacidade do EPFIIZ, até o final da década de 2000 era, de 150 vagas distribuídas em 10 celas. No ano de 2007, o número de celas foi ampliado para 13 no intuito de alojar 177 mulheres, mas já apresentava uma superlotação, pois contava com 315 internas em regime fechado.²

Segundo mapa carcerário de novembro de 2017, o EPFIIZ está inserido na categoria de segurança média³ com capacidade para atender 231 mulheres, mas abriga 329 internas processadas e condenadas, apresentando um déficit de 98 vagas. O número excedente de internas por vaga se dá em decorrência do aumento da

¹Disponível em: <http://www.agepen.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/58/2016/08/MODULO-MULHER-AGEPEN.pdf>. Acesso em: 15/03/2017.

² O Código Penal brasileiro apresenta três regimes de cumprimento de penas de prisão – o fechado, o semiaberto e o aberto. No regime fechado, a execução da pena deve ser em estabelecimento de segurança máxima ou média. No regime semiaberto, o cumprimento da pena deve ocorrer em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar. No regime aberto, o preso cumpre a pena em casa de albergado, que é um presídio de segurança mínima.

³ Presídios de segurança máxima e média são destinados aos presos condenados ao regime fechado.

criminalidade feminina que tem como fator preponderante, em nosso estado, a situação geográfica, pois faz fronteira com outros países e é utilizado como rota do tráfico, crime de maior índice entre as mulheres, atingindo 85% do efetivo carcerário feminino.

A superlotação e a limitação do espaço físico não impedem que a mulher recolhida no EPFIIZ tenha seus direitos assistenciais garantidos, dentre eles à assistência à saúde com atendimento médico e realização de exames de HIV, Tuberculose e de prevenção. A detecção e tratamento do câncer de colo de útero e mama são feitos por meio do ônibus do hospital do câncer.

Em caso de comprovação de gravidez, recebem assistência e são alocadas em alojamentos apropriados e separados das demais presas. Se a gestação for de risco são encaminhadas para rede Cegonha do Sistema Único de Saúde – (SUS). Após o nascimento, os filhos permanecem com suas mães durante sua amamentação, período que compreende do nascimento até os seis meses de idade.

Passado esse período, o serviço técnico institucional da Agepen, composto por psicólogos e assistentes sociais, buscam o núcleo familiar da mulher presa, ou seja, mãe, pai, avós e tios para a retirada da criança do meio prisional, mas isso só ocorre após análise da condição clínica do bebê e mediante autorização do juiz da Vara da Infância e Juventude. Trata-se de uma medida protetiva já que as condições insalubres, associadas ao ambiente de conflito e tensão podem prejudicar o desenvolvimento físico, mental e intelectual da criança, pois durante o dia elas ficam no berçário, local separado das galerias prisionais, mas durante a noite, fins de semana e feriados, permanecem com as mães em suas respectivas celas, local sem aeração e superlotado.

Salientamos que a saída da criança da companhia da mãe não implica a destituição do poder familiar que é garantida nos termos do art. 23, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê que “a condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra o próprio filho ou filha”, o que mostra que tal procedimento serve somente para resguardar sua integridade e dar-lhe proteção.

Somados ao atendimento à saúde e à maternidade são garantidos durante o período de reclusão, no EPFIIZ, a assistência material, religiosa, lazer, trabalho e educação. A primeira é feita por meio do fornecimento de três refeições diárias,

doações de enxovais e fraldas em parceria com a Pastoral Carcerária, organizações assistenciais, Prefeituras Municipais e entidades religiosas. Também são entregues gratuitamente uniformes com exceção de peças íntimas que são fornecidas somente às internas mais necessitadas.

A assistência religiosa é garantida e regulamentada pela Portaria Agepen/MS nº 09 publicada no DOE 8.712, de 10 de julho de 2014, em consonância com a Lei 9.982/2000 e com o artigo 24 da Lei de execução Penal que garantem o direito ao atendimento religioso, desde que em comum acordo, preservando a liberdade religiosa e o respeito às crenças. Essa assistência é feita pelas instituições previamente cadastradas que se comprometem a acatar as determinações legais e as normas internas das unidades prisionais, a fim de não comprometer a segurança do local.

Com relação ao lazer, são oportunizadas atividades como aula de música, dança, coral, festas folclóricas e o concurso anual de Miss, que acontece há 10 anos e foi institucionalizado em 2015 pela Portaria Agepen / MS nº 05, de 22 de junho de 2015, publicado no DOE nº 8947, de 25 de junho de 2015, com o objetivo de elevar a autoestima da mulher encarcerada.

O trabalho, por sua vez, é garantido por intermédio de parcerias entre a Agepen e as empresas credenciadas que oferecem vagas às mulheres em situação de privação de liberdade. Projetos como “Alinhavando Sonhos” e “Vestindo a Liberdade” empregam parte dessas mulheres que, mesmo presas, auxiliam no sustento de suas famílias.

O estado do Mato Grosso do Sul tem um percentual considerável de presas trabalhando e que recebem não só o benefício da remissão de pena prevista em lei, mas também o valor correspondente ao pagamento do trabalho realizado. Inclusive, um dos principais pontos turísticos da cidade de Campo Grande, a Casa do Artesão, abriu um espaço para venda de materiais produzidos nos presídios. Por iniciativa de uma parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo foi feito o registro da Carteira Nacional de Artesão às custodiadas de Mato Grosso do Sul.

Aliados ao trabalho remunerado estão os trabalhos sem remuneração que abrangem a limpeza e conservação, como: copa, cozinha e serviços gerais que atendem as necessidades das unidades penais e contam apenas para a remição da pena, na proporcionalidade de para cada três dias trabalhados, um dia diminuído da sua sentença.

Outro direito garantido é o acesso à educação oferecido por intermédio da Escola Estadual Polo Regina Lúcia Anffe Nunes Betine, responsável pelo ensino prisional no Mato Grosso do Sul. A escola conta com 112 professores além de coordenadores e profissionais envolvidos na educação e atua em todas as unidades de regime fechado, abrangendo assim o presídio em referência.

No intuito de preservar os direitos das sentenciadas dentro da ordem e disciplina da unidade prisional foi instituído o Regimento Interno Básico das Unidades Prisionais de Mato Grosso do Sul – (RIBUP), publicado no DOE nº 6.792, de 18 de agosto de 2006, cuja finalidade é promover a execução administrativa das penas privativas de liberdade, em conformidade com a legislação em vigor, servindo assim para nortear os procedimentos de praxe dentro da unidade.

No caso do EPFIIZ, a rotina diária obedece ao RIBUP e permite a liberação das internas para o trabalho, estudo, lazer e atividades religiosas, porém há uma alternância no horário e a exigência de que todas estejam devidamente uniformizadas com a camiseta de cor laranja fluorescente que leva a sigla do presídio nas costas, pois em caso de tentativa de fuga facilita a identificação, auxiliando na captura.

Vimos que são observadas as recomendações relacionadas à Política Criminal e Penitenciária no EPFIIZ no intuito de reinserir a mulher na sociedade, mas elas não impedem o crescimento da população carcerária feminina que, nas últimas três décadas, cresceu significativamente. Tal situação nos leva a concluir que atrelado ao local está um modo de falar que se multiplica com a chegada de novas mulheres a unidade prisional e pela necessidade de interação, como veremos na próxima seção.

1.4. A interação no ambiente prisional

O homem é um ser de natureza social que se utiliza do código linguístico como expressão do pensamento, como forma de interação e como veículo de comunicação que lhe permite trocar informações, transmitir sentimentos, ideias e manter o contato interpessoal nas esferas profissional, familiar, pessoal e afetiva.

Por meio da língua, o falante mostra os conhecimentos adquiridos ao longo de sua trajetória e assimila o saber de seus interlocutores, ou seja, existem trocas entre os sujeitos quando há um código linguístico comum. A Declaração Universal dos

Direitos Linguísticos (1996) assegura os direitos linguísticos das pessoas, transcendendo a área geográfica/territorial e considerando o espaço social e o desenvolvimento da língua, conforme podemos observar a seguir:

Os direitos linguísticos são simultaneamente individuais e coletivos, e adotam, como referência da plenitude dos direitos linguísticos, o caso de uma comunidade linguística histórica no respectivo espaço territorial, entendendo-se este não apenas como a área geográfica onde esta comunidade vive, mas também como um espaço social e funcional indispensável ao pleno desenvolvimento da língua. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS, ART 1º § 2, 1996)

Assim, os presídios podem ser considerados como um espaço social propício à interação, onde o desenvolvimento da língua acontece como em qualquer outro espaço, atendendo à necessidade do falante. Partindo do princípio de que centenas de mulheres passam parte de suas vidas dentro de penitenciárias, a busca por uma linguagem que lhes seja útil, acessível e que permita, por meio da interação, partilhar suas experiências nada mais é que o exercício pleno de seus direitos linguísticos.

A língua, mesmo estando sujeita às tradições e aos padrões gramaticais, uma vez empregada de forma efetiva, sobrepõe às regras e passa a ser utilizada como um veículo de interação, cuja preocupação maior é interagir e dialogar. A necessidade de se estabelecer um contato interpessoal faz com que as pessoas busquem estratégias que viabilizem sua interação com os demais membros da comunidade de que é parte e usem a língua de forma contextualizada, de acordo com as delimitações socioculturais do local.

Não se trata de falar da mesma maneira, mas de se relacionar utilizando um mesmo conjunto de regras, uma vez que nenhuma língua é homogênea e todas apresentam variedades que são adequadas à comunidade que a utiliza. Preti (1984, p.1) define comunidade linguística como aquela que “compreende certos comportamentos constantes, eleitos pelos que falam como ideais para comunicar-se e transmitir as informações necessárias à vida comum. ”

Desse modo, podemos caracterizar os falantes prisionais como membros de uma comunidade linguística que usam um vocabulário específico nas suas práticas comunicativas, com a finalidade de compreender e fazer-se compreender no processo de interação.

O convívio, o contato interacional e a integração dentro de uma mesma comunidade linguística faz com que seus membros se assemelhem em comportamentos, gostos, atitudes, pensamentos, modo de falar, interferindo inclusive, na escolha do repertório linguístico como afirma o autora a seguir:

Cada um de nós adota comportamentos muito semelhantes ao das pessoas com quem convivemos em nossa rede social. Por isso sabemos que a rede social de um indivíduo constituída pelas pessoas com quem esse indivíduo interage nos diversos domínios sociais, também é um fator determinante das características de seu repertório sociolinguístico. (BORTONI-RICARDO, 2014, p.49)

A experiência segregadora que vivencia a mulher apenas faz com que ela adote vocabulário, posturas e condutas das pessoas com quem convive e passe a agir de forma semelhante. Esse novo atuar resulta da necessidade e da busca de ser aceita e não excluída pelas companheiras de pena. Há um esforço em aprender a conviver, a se relacionar e a compreender as regras, pois assim o contato, dentro do grupo, é mantido e a interação se torna eficaz.

Trata-se de um processo de adequação ao novo ambiente, de desempenho de ações sociais complexas em outro domínio que não o habitual, mas que atendem as normas de interação do grupo a que estão frequentando, mesmo que sejam contrárias ao que acredita como veremos a seguir:

À medida que os indivíduos vão desempenhando ações sociais mais diversificadas e complexas, para além do domínio da família e da vizinhança mais próxima, eles têm de atender a normas vigentes nos novos domínios de interação social que passam a frequentar. (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 75)

Assim, é possível afirmar que o falar dessas mulheres está relacionado à influência das relações sociais e comunicativas de seu ambiente físico e as marcas linguísticas advindas da comunicação retratam sua realidade, sua condição social, sua forma de ver o mundo e mostram parceria, na medida em que representam, de certa maneira, não só integração, mas unidade social devido à comunicação linguística. Monteiro (2000) ao tratar as relações sociais, afirma que:

As relações comunicativas representam um aspecto das relações sociais, segue-se que os respectivos indivíduos em comunicação se tornam constantemente parceiros (reais ou potenciais) de

comunicação, na medida em que formam uma unidade social que, por sua vez, deve sua existência essencialmente à comunicação linguística. (MONTEIRO, 2000, p.42)

A comunicação dentro do EPFIIZ se dá também por intermédio da gíria que é usada como um recurso dialógico que aproxima os interlocutores durante a interação. Preti (2004, p. 95) menciona que “a gíria tornou-se um recurso simples de aproximar os interlocutores, quebrar a formalidade de exposição, forçar uma interação mais próxima dos interesses do ouvinte”.

Ao sofrer o isolamento da sociedade e interagir com um novo grupo social, a mulher adere ao vocabulário utilizado por suas parceiras e passa a utilizar a gíria no intuito de se aproximar, garantir a unidade, estabelecer a comunicação e preservar as atividades do grupo, adquirindo assim identidade, defesa e proteção e, em alguns casos, são iniciadas pelos líderes nas prisões. Nesse sentido, Preti (1984) assevera que:

A gíria adquire condição de signo de grupo, identificador, e elemento de defesa e proteção. Sabe-se, por exemplo, que em certas prisões os líderes iniciam os detentos no vocabulário secreto, com a finalidade de preservar as atividades do grupo. (PRETI, 1984, p. 23)

A adesão a esse modo de falar, como anteriormente dito, aproxima, estabelece a comunicação e garante a unidade do grupo. Como possui uma forma criptológica, uma espécie de código secreto, é usada propositalmente para manter distante aqueles que não pertencem à mesma comunidade.

Por essa razão, pode ser considerada como signo de um grupo, com marcas de agregação e aceitação social, podendo também servir como elemento identificador e de autoafirmação, devido ao sentimento de união que há entre seus participantes, conforme vemos a seguir:

Quanto maior for o sentimento de união que liga os membros do pequeno grupo, tanto mais a linguagem gíria servirá como elemento identificador, diferenciando o falante na sociedade e servindo como meio ideal de comunicação, além de forma de auto-afirmação. (PRETI, 1984, p. 3)

Diante dessa afirmativa, podemos dizer que a gíria, além de ser um elemento de identidade, defesa e proteção do grupo também funciona como elemento de

socialização no ambiente carcerário. Ao chegar à prisão, a mulher tem acesso à gíria utilizada pelas demais companheiras e por meio desse código interativo ela se integra e se socializa ao grupo mais rapidamente.

A opção pelo emprego das gírias não é obrigatória, mas conhecê-las e usá-las ajuda a ampliar e a conservar as relações sociais no grupo. Não se trata de algo necessário, mas sim conveniente que auxilia e mantém a unidade e a inclusão. Logo, é imprescindível que as mulheres desse agrupamento social tenham em comum essa variedade linguística, compartilhem as regras de seu uso e que esta atenda às necessidades de comunicação, pois assim manterá a relação social com os pares que a empregam.

A segregação social da mulher contribui para as mudanças no seu modo de falar e a vincula aos membros do grupo, refletindo a influência social a que ela está submetida e os valores contidos no ambiente prisional. Segundo Corrêa (2008), a maneira como um indivíduo fala pode não só identificar seu estilo individual, mas também supor uma relação dessa pessoa com determinados grupos, pois seu vocabulário, pronúncia, entonação, construções frasais podem servir de parâmetro para identificar seu país, sua região de origem, seu grupo social e inclusive, a situação em que se encontra.

Ao assumir a gíria como modo de falar, a mulher presa evidencia sua integração com o grupo. A comunicação ocupa o primeiro plano, sendo considerados os valores do local e por isso as formas linguísticas usadas são de natureza puramente social.

Pelo exposto, verificamos que a linguagem utilizada no ambiente prisional traz à tona o comportamento social das mulheres que compõem aquele espaço, expressando seus pensamentos, desejos, interferindo diretamente no falar e no convívio das usuárias. Porém, essa linguagem consegue transpor as muralhas prisionais, porque a língua é dinâmica e apresenta diversas formas de uso como veremos a seguir ao apresentarmos o aporte teórico da sociolinguística.

CAPÍTULO II – “É NÓIS NO COMANDO” _ PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

No ambiente prisional, a expressão que aparece no título é utilizada para mostrar quem está no comando das ações criminosas. Este capítulo é assim intitulado por estabelecer uma relação de semelhança, pois apresenta o comando teórico que nos permitiu discorrer sobre a temática desta pesquisa, envolvendo o processo de interação prisional e a maneira como ele influencia o comportamento social das mulheres presas, inclusive na escolha de seu repertório linguístico.

Apresentamos um breve histórico da gíria, recurso linguístico utilizado dentro do presídio de forma às vezes metafórica com a finalidade de atribuir sentido diverso ao significado semântico da palavra em uso e fizemos menção às diferenças linguísticas associadas às questões de gênero, sob uma perspectiva sociolinguística.

2.1 A Sociolinguística e o falar prisional

No início do século XX, as abordagens linguísticas de maior destaque, segundo Coelho et al.(2012), eram a concepção estruturalista de Ferdinand de Saussure, segundo o qual a língua era considerada em si mesma e por si mesma, separada dos fatores externos e a concepção gerativista de Noam Chomsky que concebia a língua como um sistema de princípios universais e se interessava pelo sistema abstrato de regras de formação de sentenças gramaticais. Em ambas as abordagens a língua era considerada como uma realidade abstrata desvinculada de fatores históricos e sociais.

Em reação a essas duas correntes, surge a Sociolinguística, nos Estados Unidos, na década de 1960 tendo como principal expoente o linguista William Labov que se posicionou apresentando a proposta de um novo olhar sobre a estrutura das línguas e principalmente sobre as variações e mudanças linguísticas. Os postulados teóricos e a metodologia de trabalho dessa nova proposta foram apresentados no livro Padrões Sociolinguísticos, em 1972.

A Sociolinguística teve início como uma ciência autônoma e interdisciplinar, segundo Bortoni-Ricardo (2014), em meados do século XX, mas vários linguistas, antes dos anos 1960, já desenvolviam teorias de natureza claramente sociolinguística, como Meillet, Bakhtin e membros do Círculo de Praga. Esses autores levavam em conta o contexto sociocultural e a comunidade de fala em suas pesquisas linguísticas, não dissociando a fala de seu produtor, o falante. Eles consideravam relevante

examinar as condições em que a fala era produzida e por isso contribuíram para o surgimento e desenvolvimento da área de estudos da linguagem denominada como Sociolinguística.

Considerada por Coelho *et al.* (2015) como uma área da Linguística que estuda a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos, a Sociolinguística analisa a língua correlacionando os aspectos linguísticos e sociais. Essa corrente se dedica a análise de situações de contato linguístico a fim de compreender os fatores que contribuem para o processo de variação da língua, pelo fato desta refletir a identidade dos falantes e o papel social que este desempenha na comunidade linguística a que está inserido. No que diz respeito à conceituação da Sociolinguística, Martelotta (2008) nos acrescenta:

A Sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente de contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação. (MARTELOTTA, 2008, p.141)

A aceção da autora, de que a língua é uma instituição social que não pode ser analisada sem que se leve em consideração o contexto situacional e a história das pessoas que a usam fez com que focássemos o olhar para a ciência que se ocupa dessas questões, a Sociolinguística Variacionista, também conhecida por Laboviana, Quantitativa e Teoria da Variação e Mudança Linguística, conforme veremos a seguir:

A sociolinguística variacionista [...] atende também por outros nomes: (i) **Sociolinguística Laboviana**, porque seu principal expoente é o linguista norte-americano William Labov; (ii) **Sociolinguística Quantitativa**, porque, a princípio, os pesquisadores dessa área costumam lidar com uma grande quantidade de dados de usos da língua, o que requer normalmente uma análise estatística; e (iii) **Teoria da Variação e Mudança Linguística**, por conta de suas principais preocupações: a variação e a mudança na língua. (COELHO *et al.*, 2015, p.14, grifos do autor)

O principal ponto da proposta Laboviana, como assim mencionaremos nesta pesquisa, é a presença do componente social na análise linguística, reafirmando a relação língua e sociedade e abordando o estudo da estrutura e da evolução da linguagem dentro do contexto social da comunidade de fala. Esse postulado teórico fornece base metodológica que permite analisar diferentes tipos de variação

linguística, pois se interessa pelo funcionamento da língua enquanto prática social, dotada de heterogeneidade que considera ao lado das regras categóricas ou obrigatórias que sempre se aplicam da mesma forma, as regras variáveis que se aplicam de modo variado, como exemplificado a seguir:

O fenômeno cujo comportamento a Sociolinguística busca desvendar são as regras variáveis da língua: as regras que permitem que, em certos momentos, em certos contextos linguísticos e sociais, falemos de uma forma, e, em outros contextos, de outra forma. (COELHO *et al.*, 2012, p. 24)

As regras variáveis levam as pessoas a utilizarem a língua de forma peculiar resultando assim, na variação linguística, que pode ser percebida quando nos deparamos com pessoas de diferentes grupos sociais, que apresentam um falar variado sem que haja comprometimento da interação, uma vez que há compreensão e entendimento mútuo, conforme afirma Coelho (2015, p.16).

Desse modo, a variação, como anteriormente mencionado, não compromete o funcionamento do sistema linguístico nem impossibilita a interação entre os falantes. Ela é resultado de fenômenos sociais que influenciam o modo de falar das pessoas e pode estar condicionada a fatores extralinguísticos, aqueles que se encontram fora da estrutura da língua e que refletem as características sociais dos falantes em decorrência da localização geográfica, escolaridade, nível socioeconômico, faixa etária, gênero\sexo dentre outros fatores.

Para ratificar as informações, usaremos a definição feita por Coelho *et al.* (2012) que classifica algumas variações linguísticas da seguinte forma: diatópica, ou seja, regional e geográfica; diastrática, isto é, social; diafásica, chamada também de estilística ou de registro e a diamésica, decorrente da modalidade oral.

A variação diatópica ou regional permite a identificação da origem de uma pessoa pela maneira como ela fala. Com essa variação é possível saber se o falante é nordestino, gaúcho ou mineiro, por exemplo. A variação social ou diastrática está relacionada às diferentes características sociais dos falantes, dos quais os principais fatores que a condicionam são escolaridade, sexo/gênero, faixa etária e nível socioeconômico.

A variação diafásica ou estilística considera os diferentes papéis sociais que as pessoas desempenham nas interações e que se alteram de acordo com as situações comunicativas estabelecendo distintos domínios sociais como: relações entre pais e

filhos, professor e aluno, dentre outros. A variação diamésica apresenta variação associada à fala e a escrita já que a produção de um texto falado é espontânea, improvisada e o texto escrito é planejado artificial, ensaiado com possibilidade de revisões e adequações.

Aceitar as variações não significa deixar de lado as regras gramaticais que orientam e regulam o uso da Língua Portuguesa, mas sim reconhecer todas as manifestações linguísticas como possíveis. Sabemos da importância do domínio da norma padrão, variedade usada oficialmente e ensinada nas escolas. Essa modalidade é tida como modelo de língua e é considerada uma variante de prestígio, mas associada à norma padrão, estabelecida na gramática normativa e obedecida pela sociedade em geral, temos as variantes não padrão, ou seja, estigmatizada por não obedecer às mesmas regras de uso.

Essas diferenças nos levam a entender a realidade da diversidade linguística e os efeitos que geram nas respectivas comunidades de fala uma vez que associados à definição estão os conceitos de prestígio e estigma como veremos a seguir:

As variantes padrão são, *grosso modo*, as que condizem com as prescrições dos manuais de norma padrão; já as variantes não padrão se afastam desse modelo. Mesmo que não seja a variante mais usada por uma comunidade, a variante padrão é, em geral, a variante de prestígio, enquanto a não padrão é muitas vezes estigmatizada por essa comunidade – pode haver comentários negativos à forma ou aos falantes que a empregam. Ademais, as variantes padrão tendem a ser conservadoras, fazendo parte do repertório linguístico da comunidade há mais tempo, ao passo que as variantes não padrão tendem a ser inovadoras na comunidade (COELHO, 2015, p. 27).

Nesse ponto, constatamos que a língua não poderá ser unificada, tampouco compreendida da mesma forma porque isso não só contrariaria sua heterogeneidade, mas também excluiria o componente social da língua. Por outro lado, reconhecer apenas uma variante com ideal limitará o seu uso e provocará a exclusão pela linguagem porque tanto a norma padrão como a não padrão restringem o caráter veicular de uma língua a um determinado grupo de falantes, excluindo necessariamente os demais.

A exclusão ocorre também pelo juízo de valor atribuído a cada variante utilizada, pois dar prestígio a uma e estigmatizar a outra significa valorizar uma em detrimento a outra sem considerar fatores que levam a sua utilização, reforçando a

ideia de padrão ideal de língua. Essa atitude deixa de lado a correlação dos aspectos linguísticos e sociais, desconsidera a variabilidade linguística e fere os princípios da sociolinguística, assim apresentados:

A Sociolinguística considera em especial como objeto de estudo exatamente a variação, entendendo-a como um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente. Ela parte do pressuposto de que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais. (MOLLICA, 2015, p. 9-10)

Assim, o fato da variação linguística sofrer influência de fatores sociais e por isso estar ligada a condição social do falante e ao contexto em que o mesmo está inserido faz com que consideremos todas as manifestações como legítimas e valorizemos o entendimento de Bagno (2007) de que em termos de língua, tudo vale alguma coisa, mas esse valor vai depender de uma série de fatores, pois a língua é como um grande guarda-roupa, onde é possível encontrar todo tipo de vestimenta e usá-la tanto na modalidade oral como na escrita, é encontrar o ponto de equilíbrio entre dois eixos: o da adequabilidade e o da aceitabilidade. O autor ratifica seu pensamento da seguinte forma:

Quando falamos (ou escrevemos), tendemos a nos adequar a situação de uso da língua em que nos encontramos: se é uma situação formal, tentaremos usar uma linguagem formal; se é uma situação descontraída, uma linguagem descontraída, e assim por diante. Essa nossa tentativa de *adequação* se baseia naquilo que consideramos ser o grau de *aceitabilidade* do que estamos dizendo por parte de nosso interlocutor ou interlocutores. (BAGNO, 2007, p.127)

Como vimos, tudo depende de quem fala, a quem fala, como fala, onde fala, quando fala, por que fala e, principalmente, que efeito quer causar. Logo, falar gíria vale no lugar certo, no contexto adequado, com as pessoas certas.

Diante disso, podemos afirmar que não existe uma forma mais correta ou mais bonita de se falar e sim, uma maneira mais adequada de se expressar. Por isso, o uso da gíria no EPFIIZ, mesmo refletindo as relações sociais de uma comunidade de fala desprestigiada, por fugir às regras da norma padrão, está adequado ao ambiente social e expressa a realidade das pessoas daquele local.

A presente pesquisa, preza pela adequação e pela aceitabilidade das gírias no falar das mulheres em situação de cárcere e apresenta-se como de grande valia para a sociedade dentro e fora do contexto prisional, pois olhar o falar prisional sob o viés

da Sociolinguística Laboviana, nos leva a compreender o uso da gíria, em uma perspectiva sociocultural.

2.2. As diferenças linguísticas e as questões de gênero

O Brasil se encontra sob a égide de um Estado Democrático de Direito, mas o tema igualdade de gênero ainda permite indagações, pois não podemos assegurar que existe a tão falada igualdade entre homem e mulher. A Constituição Federal Brasileira garante a igualdade de gênero, mas ainda que assegurem os mesmos direitos independentemente da condição social, cor de pele, idade e escolaridade, na verdade são utópicos.

A mulher ainda carrega o estereótipo de ser a responsável pelos afazeres domésticos, pelo cuidado com os filhos e pelo cuidado relacionado à moral e aos bons costumes, ao contrário dos homens, que, desde cedo, são educados para obter sucesso profissional e assumir o sustento familiar.

Dentre os inúmeros debates que envolvem as questões de gênero, estão as diferenças linguísticas presentes na fala de homens e mulheres, sendo uma questão relevante para a Sociolinguística no que se refere à variável gênero/sexo, na mudança linguística.

Segundo Mollica (2015), parece natural admitir que certas palavras se situem melhor na boca de um homem do que na boca de uma mulher. Por essa razão, as mulheres se revelam linguisticamente mais conservadoras e mais orientadas para as variantes de prestígio. A sociedade, de acordo com Monteiro (2000), espera que as mulheres utilizem uma linguagem mais polida, elegante e nobre e dos homens se tolera a linguagem rude, até obscena, ou mesmo distanciada da língua-padrão. Logo, suas escolhas linguísticas podem ser, em grande parte, resultado de um processo diferenciado de socialização de homens e mulheres.

Desse modo, a forma distinta de interagir pode estar ligada não só ao papel que cada um desempenha socialmente como também à oportunidade de participação em grupos sociais, como descreve Mollica (2015):

Pode-se dizer que homens são mais sujeitos a influência do prestígio encoberto das formas linguísticas do que as mulheres, dado que eles possuem mais mobilidade social e maior oportunidade de participação em grupos sociais fechados. Diferentemente, as mulheres, em muitos

casos mais concentradas em atividades domésticas, possuem menos oportunidades de experiência coletivas que exijam a coesão do grupo. (p. 40)

A mobilidade social entre homem e mulher não acontece da mesma forma, pois o homem possui maior oportunidade de participação em grupos sociais enquanto a mulher tem menos experiência coletiva por se concentrar nas atividades domésticas. Fato que pode ser interpretado de forma simbólica por estar relacionado a posição tradicional da mulher na sociedade e que reflete os papéis sociais atribuídos as mulheres e as restrições impostas às mesmas.

Sobre os papéis atribuídos à mulher, Mollica (2015) expõe o seguinte:

Muitos dos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher lhe exigem uma conduta irrepreensível. Um exemplo emblemático é a sua responsabilidade na educação dos filhos. Tomando para si a carga de transmissão de normas de comportamento, dentre eles o linguístico, a mulher se vê na contingência de apresentar-se como modelo. (p. 40)

A ponderação feita pela estudiosa mostra que tradicionalmente se espera da mulher uma conduta irrepreensível e um comportamento que seja modelo e que as normas linguísticas estão inseridas nessa expectativa e por isso menciona que “dentre as boas atitudes que se espera de uma mulher está o uso de uma linguagem mais correta, condizente com sua condição feminina. ” (MOLLICA, 2015, p. 41)

Dessa forma, podemos inferir que a preferência feminina por formas linguísticas mais tradicionais e prestigiadas está relacionada ao conceito de homem e mulher constituídos pela sociedade que apresenta a cultura do universo feminino de forma contrária à cultura do mundo masculino, baseada nas doutrinas religiosas, educacionais e em aspectos legais.

Isso quer dizer que o processo de socialização e os papéis sociais que homens e mulheres desempenham na sociedade interferem no uso de repertórios linguísticos e estão presentes na interação humana. Logo, no plano linguístico as desigualdades na fala em razão do sexo transcendem os fatores fisiológicos como timbre e altura de voz, pois decorre também da interferência social e cultural aplicados a cada gênero, como descrito a seguir:

A diferença sexual na fala desempenha um papel primordial no mecanismo de evolução linguística. E, em qualquer caso, é importante insistir ainda com Labov (1972), a diferenciação dos falantes em função do sexo não é um mero produto de fatores físicos, senão que

decorre de aspectos de ordem social aplicados preferencialmente a um sexo ou a outro. (MONTEIRO, 2000, p. 128)

As diferenças linguísticas relacionadas à função do sexo, segundo Monteiro (2000, p. 75), surgem porque a língua, como um fenômeno social, está estreitamente relacionada às atitudes sociais. Sendo homens e mulheres diferentes socialmente pelos papéis distintos que a sociedade lhes confere, espera-se que ambos utilizem padrões de comportamento também distintos, sendo a linguagem apenas um reflexo deste fato social, exemplificado da seguinte forma:

Sabemos que homens e mulheres falam de maneiras distintas. As mulheres costumam usar mais diminutivos: “trouxe esta lembrancinha para você; é uma coisinha de nada” [...] A linguagem dos homens por outro lado, é mais marcada pelos chamados palavrões e gírias mais chulas. (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 47)

Nesse sentido, podemos concluir que a diferenciação linguística obedece a padrões de comportamento social e o uso de palavras menos agressivas, por parte das mulheres é resultado da educação que elas recebem que insiste no aspecto de que se deve falar de um jeito e não de outro. Assim, a opção por uma linguagem mais conservadora reflete não só o conceito genérico de que se espera da mulher um falar diferenciado do homem, mas também mostram que as pressões sociais fazem com que elas usem formas mais prestigiadas.

De acordo com Monteiro (2000) homens e mulheres falam como falam, porque sentem que um tipo particular de língua é mais adequado a seus sexos e sabem que essa adequação é reforçada por várias pressões sociais. Dessa forma, a linguagem feminina pode apresentar associadas às características biológicas como voz, timbre, entonação, características culturais como linguagem polida, educada, pois a língua é um espelho cultural que reflete as representações sociais de seus falantes.

A linguagem prisional feminina apresenta as mesmas características descritas acima e que, no repertório utilizado, estão inseridos padrões sociais que levam a mulher encarcerada a optar pelo emprego de vocábulos gírios que remetem à sua condição feminina, conforme veremos no capítulo da análise.

Nesse sentido, as escolhas linguísticas usadas no ambiente prisional refletem os papéis sociais, sendo possível realizar análise mediante a observação do comportamento linguístico das mulheres presas, tendo sempre em mente as

afirmações de Monteiro (2000) que não se trata de uso de línguas diferentes, mas da adoção de uma mesma língua com certas restrições de vocabulário.

Assim, na próxima seção, apresentamos a origem e a expansão da gíria considerando-a como um fenômeno sociolinguístico que pode ser analisado sob a ótica da variação diastrática, porque seu uso é influenciado pelas circunstâncias sociais e pelo comportamento linguístico do falante.

2.3 A gíria: definição, origem e sentido

A gíria é definida no dicionário *on-line Michaelis*⁴ de “linguagem, em geral efêmera, marcada por vocabulário novo, ou já existente, porém com outra significação e construções metafóricas, muitas vezes cômicas”. No dicionário *on-line inForma*⁵ está definida como “palavras que são usadas pelas gerações, para significar outra palavra, mas de forma informal ou para fazer que outras pessoas não entendam o que ela quer dizer”. Essas definições remetem a um fenômeno linguístico especialmente ligado ao registro oral pela característica efêmera e informal. Cabello (1991 p.168) relata que “não se pode esquecer que gíria é uma linguagem metafórica que já se estendeu à fraseologia popular e que, por isso mesmo, é própria da linguagem oral e não da escrita.”

No entanto, a mesma autora adverte que:

Não se pode radicalizar, posto que a linguagem escrita de determinados textos pode apresentar, com extrema pertinência, o uso de termos de gíria, para indicar algum sentido figurado e, por vezes, mais expressivos. (CABELLO, 1991, p.168)

Assim, a gíria está ligada ao registro oral de uma língua e associada a um grupo social determinado, uma vez que é usada no intuito de dificultar ou impedir o entendimento de outras pessoas.

De acordo com Preti (1984, p. 19), a gíria não oferece as mesmas perspectivas em todas as línguas. Em algumas, aparece como vocabulário criptológico⁶, ligado à vida e à cultura de grupos sociais restritos e, em outras, se apresenta como um

⁴ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues>

⁵ Para a pesquisa consideramos justo utilizar um dicionário informal para fins de comparação com os demais formais da língua. Por ser esse o objetivo justificamos o uso de tal dicionário.

⁶ O dicionário on-line Michaelis define criptológico como: relativo à criptologia, ciência que estuda a escrita cifrada reunindo técnicas da criptografia; ocultismo.

vocabulário agregado à linguagem corrente, sendo usada nas mais variadas situações e pelos mais diversos tipos sociais.

Desse modo, podemos considerá-la como uma variante ligada, em alguns casos, à fala comum pela utilização por diversos grupos sociais e, em outros casos, à fala restrita pelo seu caráter criptológico. Porém, o uso da gíria seja ligado à fala comum ou à fala restrita leva o falante a assumir uma identidade e a se expressar de acordo com as exigências do grupo a que pertence, adequando assim sua linguagem ao contexto situacional.

Ao adquirir o caráter de linguagem criptológica, a gíria se reduz a um grupo restrito e sua função vai além da comunicação, passando a ser usada na defesa de uma classe ou grupo, como descreve Preti (1984, p. 20): “a gíria tende a circunscrever-se aos grupos restritos e ganha a condição de linguagem especial, fechada, com funções além da simples comunicação, como, por exemplo, a defesa da classe”.

A gíria não serve apenas como defesa de uma classe, mas atende também ao anseio de originalidade e preservação de um signo como uma marca de identidade grupal e tem outros objetivos como, por exemplo, garantir o sigilo das informações, por meio de um código hermético⁷, que permite a identificação somente pelos indivíduos do grupo, garantindo, de certo modo, uma autoafirmação, como observa Preti:

A criação dessa linguagem especial pode não apenas atender ao desejo de originalidade, mas também servir a finalidades diversas, como, por exemplo, ao desejo de se fazer entender apenas por indivíduos do grupo, sem ser entendido pelos demais da comunidade, de onde advém o seu caráter hermético. A partir do momento em que essa linguagem especial serve ao grupo como elemento de autoafirmação, de verdadeira realização pessoal, de marca original, ela se transforma em signo de grupo. (1984, p. 2,3)

Nesse sentido, por atender o desejo de originalidade, ser de uso restrito e específico de um grupo social e ser um elemento de autoafirmação, podemos concluir de acordo com Preti (1984) que a gíria pode ser caracterizada como um vocabulário especial e criptológico que surge como um signo de grupo. Porém, a gíria tende a vulgarizar-se assumindo a forma comum, de uso geral da sociedade o que faz com

⁷ Dicionário Michaelis define hermético da seguinte forma: de difícil compreensão ou interpretação; obscuro.

que ela perca a marca de signo grupal, sendo difícil precisar o que é de fato vocábulo gírio ou popular.

Dessa maneira, podemos relacionar o emprego da gíria aos aspectos sociais de um grupo restrito que a utiliza, de acordo com sua vivência e sua localidade, mas precisamos considerar o caráter efêmero, que faz com que a gíria se integre paulatinamente no uso popular. A esse respeito, Preti (1984) nos acrescenta que:

E, assim, também uma linguagem criptológica [...] vai paulatinamente sendo conhecida e usada pela sociedade em geral ou por grupos maiores, deixando de ser um vocabulário especial e aparecendo como uma variação a mais, junto aos vocabulários popular e comum, em registros coloquial e comum. (1984, p. 26)

A gíria, mesmo sendo de uso restrito, emigra para o vocabulário comum, sendo utilizada pela sociedade e veiculada nos meios de comunicação de massa, como mostra, por exemplo, a música *Pelados em Santos*, do grupo Mamonas Assassinas, com milhões de exibições no Youtube e cuja letra começa com a gíria *mina*, que segundo Preti (1984, p. 4) faz referência à “mulher rendosa para o malandro, que vive às custas dela”.

Nesse exemplo, a divulgação e o excesso de uso da gíria *mina*, provocou a vulgarização e perda do significado gírio restrito, passando à linguagem comum, sendo ovacionada por diferentes camadas sociais e cantada livremente sem receber nenhum tipo de recriminação e preconceito, devido ao esgotamento de seu conteúdo semântico. Stella (2003), ao fazer referência a vulgarização, afirma que:

Por sua vez, a utilização excessiva de um vocabulário gírio, na sociedade maior, provoca sua vulgarização. A expressão torna-se vazia em seu conteúdo expressivo e acaba perdendo as características como gíria de grupo restrito, figurando, então, como linguagem comum. Logicamente, quando essa etapa do vocábulo gírio ocorre, o seu conteúdo semântico já se esgotou e o estigma ou preconceito por ser de uso em algum grupo fechado, com valores ou atitudes muito diversas, da sociedade em geral, também, já se esvaziou. (2003, p. 39)

De igual forma, termos considerados clássicos tornaram-se gírias usadas não só pelos marginais, mas também pelas classes sociais cultas como, o verbete *trabuco* que, segundo Saraiva (1988), era uma máquina de guerra com que se arremessavam pedras, uma espécie de bacamarte. Essa palavra foi usada por Camões no verso

LXXIX, de *Os Lusíadas*, como podemos observar a seguir, e, atualmente, é utilizada dentro e fora dos presídios, simbolizando revólver.

Dá-lhe combates ásperos, fazendo Ardis de guerra mil, o Mouro iroso; não lhe aproveita já TRABUCO horrendo, Mina secreta, aríete forçoso; porque o filho de Afonso, não perdendo Nada do esforço e acordo generoso, tudo provê com ânimo e prudência, que em toda a parte há esforço e resistência. (CAMÕES, 2000 *apud* SARAIVA, 1988, p. 22, grifo do autor)

Reconhecer a transitoriedade da gíria restrita para a comum não é algo simples, pois algumas palavras são usadas de forma metafórica, sendo necessário conhecer o mundo dos falantes para assim decifrá-las. De acordo com Preti (1984), a comunicação codificada representada pelo uso da gíria restrita exige mais que uma análise linguística e para estudá-la é preciso penetrar nas estruturas sociais dos grupos que a utilizam.

Desse modo, precisamos reconhecer que o uso de vocábulos com sentidos contrários e desconhecidos dificulta a compreensão e a identificação dos significados, exige conhecimento e inserção no mundo do falante e mostra não só oposição ao comportamento linguístico convencional, mas também deixa evidente o conflito do falante com a sociedade, conforme afirma Preti:

Optando pelas formas gírias, deformando significantes da linguagem usual, criando significados especiais, o falante agride com esse vocabulário o convencional, opõe-se a um comportamento linguístico, escolhido pela maioria como norma e, assim, deixa marcado seu conflito com a sociedade. (PRETI, 1984, p. 22)

Mesmo demonstrando oposição ao comportamento linguístico convencional e evidenciando o conflito entre falante e sociedade, o uso de vocábulos gírios não pode ser considerado erro, pois trata-se de modo diferente de se comunicar. O erro, nesse caso, não existe como podemos observar a seguir:

A noção de “erro” nada tem de linguista – é um (pseudo) conceito estritamente sociocultural, decorrente dos critérios de avaliação (isto é, preconceitos) que os cidadãos pertencentes à minoria privilegiada lançam sobre todas as outras classes sociais. Do ponto de vista estritamente linguístico, o erro não existe, o que existe são formas diferentes de usar os recursos potencialmente presentes na própria língua. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 8)

Assim, podemos concluir que a gíria é um fenômeno linguístico que tem vida efêmera, cujo uso está estritamente relacionado à oralidade e informalidade da língua e que está presente na língua portuguesa falada. A princípio, é utilizada por um grupo restrito, mas, posteriormente, passa a ser usada por falantes da coletividade, podendo ser estudada sob o viés da Sociolinguística Laboviana, tomando como base a variação diastrática por mostrar o modo peculiar de interação de um grupo da sociedade.

Por estar estritamente relacionada à oralidade e à informalidade, a origem da gíria não pode ser referida com precisão. Segundo (PATRIOTA 2006 *apud* PRETI 2004), os estudos pioneiros sobre a gíria foram baseados em documentos que datam do século XV, na França, chamado *argot* e foram utilizados, a princípio, pelos mascates, comerciantes ambulantes que, na Idade Média, o utilizavam com o código secreto de identificação, mas que se espalhou devido às atividades comerciais durante o período da Guerra dos Cem Anos. Posteriormente, surgiram os versos de François de Villon, poeta popular com suas baladas argóticas⁸, que guardam também o aspecto criptológico.

De acordo com Patriota (2006), no século XVI surgiram, na Espanha, os primeiros documentos gírios influenciados pelo *argot* francês e também nesse século apareceram vocábulos populares ligados à gíria, na obra de Gil Vicente, fazendo referência às profissões de Portugal, chamadas de calões.

Esse termo *calão* é utilizado como sinônimo de gíria e apresentado com a seguinte definição:

Tantos dicionários, quanto trabalhos que versam sobre o assunto, utilizam “gíria” e “calão” como sinônimos. São definidos como linguagem dos malfeitores, ladrões, assassinos etc. É certo que, originariamente, *argot*, na França, e *germanía*, na Espanha, significavam ‘confraria de ladrões’, passando a designar a linguagem utilizada por eles. (CABELLO, 1991, p. 170)

Já no século XVI e XVIII, o termo gíria aparece em textos e são nomeados também como *gira* e *geringonça*, cuja origem é imprecisa e possui divergência de opiniões, como mostra o exemplo abaixo:

Em textos do século XVI aparecem os termos “gira”, “gíria” e “geringonça”, além do termo espanhol *germanía*, que em português quer dizer ‘gíria antiga’. No século XVIII, apontam a gíria como um tipo

⁸ O dicionário on-line Michaelis define argótica como: relativo ao termo Argot que significa linguagem de marginais; gíria; calão.

de linguagem especial, dentro de certa classe. Já os lexicógrafos têm entendimentos diferentes à propósito da origem do termo *gíria*. Adolfo Coelho, por exemplo, liga-o a *geringonça*, vindo do espanhol *jeringonza*, que possui acepção pejorativa por significar 'linguagem complicada, inintendível'. (CABELLO, 1991, p.169)

Esses dados ratificam a ideia de que a origem da *gíria* não poder ser descrita com precisão, mas fica evidenciado que se trata de uma linguagem especial associada a malfeitores, ladrões, assassinos e que possui, portanto, uma acepção pejorativa e de difícil entendimento.

Assim como nos demais países, no Brasil, segundo (CABELLO 1991 *apud* PRETI 2004), a origem das *gírias* também é imprecisa e de difícil estudo, principalmente pela escassez de documentos que registrem seu uso. No entanto, no século XIX esse fenômeno começa a ser utilizado pelos grupos sociais brasileiros, passando inclusive a ser apresentado no teatro realista e na prosa naturalista como descreve Preti (2004) a seguir:

Vemos que a *gíria* começa a fazer parte da linguagem dos grupos sociais, que se veem retratados pelo teatro realista e pela prosa dos romancistas do Naturalismo, principalmente Aluísio Azevedo, no romance *O Cortiço*, dada a natureza de seu tema. (2004, p. 73).

A propagação da *gíria* por meio de registros literários, a dinâmica social e a evolução da sociedade brasileira, nos anos sessenta, propiciaram a expansão da *gíria* e levaram outros segmentos a criar um vocabulário típico, fechado, com o intuito de manter a originalidade e preservar a identidade social, conforme assegura Preti:

A partir da década de 1960, a própria evolução da sociedade urbana brasileira propiciaria um crescimento considerável do uso da *gíria* nas cidades grandes. Não só a música popular, mas também o cinema e o teatro; a imprensa; o rádio e a televisão; a propaganda; os grandes esportes, como o futebol; os centros de diversão como o "mundinho" noturno e as casas de danças criaram seu vocabulário típico, às vezes, verdadeiros códigos fechados, em constante transformação, para manter a originalidade e preservar o signo identificador do grupo social. (2004, p. 76)

Na década de 1960, houve, no Brasil, o registro da *gíria jovem* que segundo Saraiva (1988), surgiu como um fenômeno natural, numa linguagem decorrente da dinâmica social da sociedade urbana, que se propagou nas artes, se firmou na música, sendo empregada nos versos que eles chamavam de modernos. As letras das

músicas do cantor Roberto Carlos e seus parceiros continham palavras como *barato*, *fossa*, *papo*, *paquera*, *transa*, entre outras, que para a época, eram inovadoras e preservavam a identidade do grupo social, a Jovem Guarda.

Desse modo, a gíria não tem sua origem definida documentalmente, mas podemos perceber que é usada em diversas situações de comunicação e por diferentes grupos sociais, podendo assim ser analisada como signo criptológico de uso restrito de alguns falantes e como gíria comum, que ao perder a condição de signo grupal é absorvida pela linguagem popular e usada de forma natural e fluente. Em ambos os casos, é um fato social presente na oralidade da língua e, por este motivo, é considerado como fenômeno linguístico que se propaga durante o processo de interação verbal.

Assim, a gíria atende a finalidades específicas e de adequação do grupo que a utiliza e, em alguns casos, os sentidos das palavras são deformados intencionalmente por meio de metáforas que revelam, na verdade, a visão de mundo do falante. Fazer referência ao mundo das drogas, encobrir possíveis ações, avisar sobre iminente perigo, dar nome a objetos pessoais e representar sensações de medo, tristeza por meio da gíria, significa utilizá-la de forma criptológica o que a restringe a um grupo específico.

No ambiente prisional, a gíria é usada com a finalidade de codificar itens e ocultar práticas infracionais. Isso corre porque a Lei de Execução Penal Brasileira nº 7.210, de 11 de julho de 1984, penaliza as faltas disciplinares cometidas pela pessoa presa durante o cumprimento da sentença e cada infração cometida recebe uma sanção correspondente à falta consumada, causando o rebaixamento da conduta e resultando no atraso da progressão de regime. Desse modo, a gíria é empregada como recurso para esconder algo e assim evitar a penalização e acaba cumprindo seu papel de defesa social do grupo.

A necessidade de uma linguagem para ocultar algo leva à produção de palavras novas com atribuição significativa divergente da conferida à palavra já existente. Assim, a metáfora está intrínseca na gíria prisional sendo utilizada para transferir ou mudar o significado semântico das palavras, desempenhando um papel relevante na interação, pois não só auxilia na construção de um sentido próprio, porque a carga semântica de uma expressão ou vocábulo passa a ser utilizada para referir-se a outra, mas também ajuda a manter o sigilo das informações.

A palavra metáfora, no dicionário *on-line* informal está definida como uma “figura de linguagem em que um termo substitui outro em uma relação de semelhança entre os elementos que esses termos designam. Essa semelhança é resultado da imaginação, da subjetividade de quem cria a metáfora.” Também pode ser entendida como uma comparação abreviada, em que o conectivo comparativo não está expresso, mas subentendido. Remenche (2003, p. 38) afirma que “explicar a metáfora significa descobrir o termo próprio ausente, que foi substituído pelo termo figurado”.

O processo metafórico, segundo Preti (1984, p. 124), é “um mecanismo figurado essencialmente primário, de fundo emotivo, no qual, quase sempre, se evoca um objeto concreto por uma imagem também concreta, valorizando uma de suas propriedades”. Isso mostra que a metáfora possui uma carga emotiva, possibilita o estabelecimento de relações semânticas entre referentes que apresentam semelhanças e evidencia não só o valor da unidade lexical, mas também a acepção adquirida dentro do contexto grupal.

Porém, para que haja compreensão do processo metafórico é preciso ter conhecimento das ligações indiretas e internas do grupo, pois seu uso envolve questões relacionadas à visão de mundo dos indivíduos que a usam e estas, se forem divergentes, se tornarão incompreensíveis.

Dessa forma, as expressões gírias, empregadas metaforicamente ou não, causam um efeito positivo dentro do ambiente prisional, pois, o seu uso está intimamente ligado à proteção, defesa, sobrevivência ou fuga de uma situação problemática.

As similaridades estabelecidas entre os termos são, em alguns casos, de conhecimento exclusivo, daquele grupo, o que torna possível a comunicação somente entre os que tenham interesses comuns e pelos iniciados no crime, dificultando de maneira intencional o entendimento por parte demais, como exemplificado a seguir:

Quando o falante usa a gíria do seu grupo, dificulta intencionalmente o processo interacional, deixando o interlocutor que não conhece o significado desse vocabulário completamente à margem da conversação. Mas por outro lado, como um signo de grupo, essa gíria favorece a identificação social do falante, permite-lhe interagir com segurança com falantes do mesmo grupo e lhe traz, na conversação a confortável sensação de segurança e superioridade por usar uma linguagem original, diferente da maioria. (PRETI, 2004 p. 90,91)

O falante utiliza a gíria de seu grupo para favorecer sua interação e para garantir a respeitabilidade, segurança e superioridade mediante uma linguagem original, pois por meio da gíria retratam os problemas, as dificuldades, as preocupações vivenciadas de uma maneira segura. Fato que nos leva a compreender a importância do seu uso no ambiente prisional feminino já que os temas preponderantes representados pelo vocabulário gírio utilizado, naquele local, estão estritamente relacionados à busca pela sobrevivência e aos problemas enfrentados em decorrência da inserção ao mundo do crime.

Nesse caso, o uso de gírias ou de palavras e expressões não convencionais, por meio da transferência de significado, não pode ser visto como uma carência de léxico, mas sim como uma estratégia interacional que funciona como autoproteção, pois a transferência de sentido se dá de forma consciente, sendo um artifício que possibilita a interação de acordo com as necessidades do grupo.

Assim, a gíria é empregada como um mecanismo de defesa e serve para reprimir sentimentos, ideias, pensamentos que, uma vez ditos de maneira clara e evidente, pode oferecer perigo e trazer consequências a quem as usa. Por isso é utilizada com um valor diferenciado aproveitando os traços de referência do vocábulo, mas não a definição dicionarizada.

Vimos que a linguagem gíria possui originalidade, é usada como meio de interação e reflete o mundo do falante. Sua identificação exige reconhecimento de códigos, pois os significados atribuídos às palavras não são, em alguns casos, nada semelhantes aos usuais e dicionarizados, sendo preciso estar submerso no ambiente do grupo social, que a usa, para dominá-la e compreendê-la.

As mulheres presas, no EPFIIZ, fazem uso dessa linguagem criando palavras novas, transferindo o sentido de outras e utilizando a semelhança que há entre o conceito original e o figurado, mas para que haja identificação desses “códigos” é preciso descobrir o termo criado, o ausente e o substituído com o respectivo conceito dentro do ambiente prisional, fato que buscamos elucidar, em parte, com esta pesquisa.

Ao associarmos o uso da gíria à sua definição, origem e sentido concluímos que esse fenômeno linguístico é adequado ao ambiente de interação prisional, sendo aplicada como expressão de identidade, como meio de inclusão e garantia de proteção como melhor exemplificaremos no capítulo de análises dos dados, por meio de exemplos concretos que reservamos para esta pesquisa.

CAPÍTULO III – “É NÓIS NA CORRERIA” _ ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo recebe este título porque, no ambiente prisional, a gíria *correria* significa perspicácia para obter algo e agilidade nas ações. Nele, descrevemos os caminhos percorridos para conseguirmos êxito na pesquisa. Apresentamos a metodologia empregada para gerir os dados levantados, a natureza da pesquisa, os procedimentos, as técnicas e os instrumentos utilizados na investigação. Abordamos o contexto em que se produz a linguagem prisional, os participantes e também a maneira como foi realizada a análise dos dados.

3.1. Metodologia da pesquisa

Nesta seção, discorreremos sobre a natureza desta pesquisa e quais foram os fundamentos que nos levaram a optar pela base qualitativa-descritiva. Segundo Leopardi (2001), a pesquisa deve ser qualitativa quando o interesse não está focado em contar o número de vezes em que uma variável aparece, mas sim na qualidade que elas apresentam. Optamos por esta abordagem porque nosso propósito não era contabilizar quantidades de variáveis como resultado, mas sim interpretá-las e descrevê-las.

A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan & Biklen, (1994), é profundamente interpretativa e descritiva. Nela, o investigador faz uma interpretação dos dados, descreve os participantes e os locais, analisa os dados para configurar temas ou categorias e retira conclusões. De acordo com Andrade (2002), a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los e interpretá-los sem a interferência do pesquisador.

Assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa-descritiva, pois os dados se apresentam sob a forma de descrição narrativa, que, resultaram da interpretação das anotações provenientes das entrevistas, cuja finalidade era não só registrar o modo como as mulheres presas empregam as gírias, mas também compreender os sentidos das palavras usadas, no mundo social em que vivem, sem a manipulação dos dados pela pesquisadora.

Esse tipo de pesquisa, possibilitou-nos utilizar diário de bordo para registrar nossos apontamentos, impressões e reflexões sobre as gírias usadas no ambiente

prisional, sendo a única fonte disponível no processo de coleta dos dados. Para Bogdan & Biklen (1994), o diário de bordo é útil, pois “os dados são recolhidos e complementados pela informação que se obtém através do contato direto. Ou seja, os dados copilados e registrados, no diário, foram complementados pelas informações obtidas nas entrevistas. Nele, registramos as gírias, os significados, as situações de uso, imediatamente após os encontros, e posteriormente revisitamos os apontamentos para a realização das análises.

3.2. Procedimentos adotados

Nesta seção apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados, a partir dos objetivos propostos, que auxiliaram nossa investigação. Para dar legitimidade a nossa pesquisa, pedimos permissão aos dirigentes da Agepen. Encaminhamos a solicitação de autorização de coleta de dados ao presidente, Senhor Aud de Oliveira Chaves e com a carta de autorização em mãos, procuramos a diretora do presídio em referência e a chefe da Divisão de Estabelecimentos Penais Feminina, para que todos tivessem ciência de nossos atos e nos auxiliassem, em caso de necessidade (vide anexos 2, 3 e 4).

O fato de exercermos a função de agente penitenciária e temos acesso ao banco de dados do programa SIAPEN - Sistema Integrado de Administração do Sistema Penitenciário e do programa SIGO – Sistema Integrado de Gestão Operacional ajudou-nos no levantamento de parte das informações mencionadas, nesta pesquisa, sem a interveniência de terceiros.

No entanto, não utilizamos da prerrogativa de sermos agentes, pois isso poderia, na nossa visão, atrapalhar a aproximação. Assim, para ganharmos a confiança do grupo pesquisado, nos apresentamos como pesquisadora e antes de entrarmos no tema relacionado ao estudo conversávamos sobre assuntos diversos, no intuito de construir um espaço de confiabilidade, segurança e assim, conseguirmos a empatia das participantes.

Antes de abordarmos as presas, procuramos o setor de disciplina da unidade prisional para avisar que empregariamos, na realização da pesquisa, o diário de bordo, ferramenta metodológica usada para registrar, por escrito, as descobertas e percepções sobre o objeto de estudo, uma vez que tínhamos consciência da proibição

do uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico dentro dos presídios, inclusive pelos servidores que ali desempenham suas funções.

Salientamos que faríamos registros das informações, por meio dessa ferramenta porque ela atende não só os padrões de segurança do presídio, mas também contribuiria com a coleta das informações, ajudando na preservação das participantes, na interpretação, na análise dos dados e no resultado final da pesquisa.

Sabíamos da importância de se tomar notas concisas das gírias mencionadas durante as entrevistas, pois essas serviriam de base para as análises, mas deixamos claro que não faríamos uso de gravadores porque o diário possibilitaria a retomada dos dados, sem prejuízos inerentes ao tempo e nos permitiria rever as informações prestadas durante o processo de tratamento dos mesmos.

Avisamos que não seriam registrados os dados pessoais de identificação das informantes como nome, data de nascimento, tempo de condenação, tipo de crime cometido, mas apenas as palavras, expressões e comentários que nos permitissem compreender o falar daquele local, visto que ajudaria na análise dos dados. Tomamos essa iniciativa para deixar claro que nosso intuito era ter uma visão genérica do uso das gírias no presídio e não fazer estudo sistemático dos traços de caráter em relação aos dados criminais.

Desse modo, na descrição das participantes, serão omitidas informações pessoais, como veremos a seguir.

3.3 Descrições das participantes

As gírias que compõem essa pesquisa foram fornecidas por mulheres que cumprem ou cumpriram pena no Estabelecimento Penal de Regime Fechado Irmã Irma Zorzi, durante o período que compreende os meses de dezembro de 2017, janeiro e fevereiro de 2018, por ser o período que esta pesquisadora obteve a carta de autorização do diretor presidente da Agepen, para a coleta de dados.

Não houve uma pré-seleção das participantes e sim um convite às presas que exerciam atividades laborais como: costureiras, manicures, cabeleireiras, copeiras, cozinheiras, auxiliares de limpeza dentre outros trabalhos laborais. A escolha por mulheres que trabalham se deu para atender as regras de segurança do presídio, uma vez que se trata de um local de acesso restrito, com proibição de entrada nas celas inclusive pelas agentes penitenciárias. Por isso, foi necessário esperar a retirada das

mulheres das respectivas celas para seus setores de trabalho, para assim poder abordá-las.

Participaram 10 mulheres, mas somente seis assinaram o Termo de Consentimento, logo, o número exato de participantes se resume em seis, mas esse fato não nos preocupou por se tratar de uma pesquisa qualitativa cujo propósito não é contabilizar quantidades como resultado, mas sim considerar aspectos subjetivos que não podem ser traduzidos em números.

Dentre as participantes, temos uma que fez questão de mencionar sua orientação sexual, solicitando inclusive que a chamássemos pelo nome social. Essa participante nos permitiu conhecer e analisar gírias relacionadas à homossexualidade. Às mulheres que aceitavam participar, esclarecíamos os motivos que nos levavam a abordá-las e mostrávamos a importância da participação para a elaboração dessa pesquisa, no intuito de que elas pudessem refletir e analisar se desejariam realmente contribuir.

Algumas se mostraram bastante preocupadas, pois a identificação da participante poderia trazer problemas não só com o corpo de segurança, mas também com a massa carcerária e não gostariam de ter problema de convívio. Porém, quando informamos que seriam atendidas as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos e apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, dando garantias do anonimato e do sigilo das informações confidenciais obtidas, elas aceitaram colaborar.

Comprovamos assim, que o nosso interesse estava relacionado somente aos objetivos do estudo e não tínhamos a intenção de prejudicá-las, tampouco colocá-las em situação de constrangimentos e avisamos que informações seriam usadas para fins estritamente acadêmicos e que, em caso de publicação dos resultados, a identidade das mesmas seria mantida em sigilo. De igual forma, prevenimos sobre a possibilidade da utilização dos dados na realização de novos estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento linguístico e desenvolvimento da língua.

Contamos com a colaboração de seis mulheres que prontamente relataram quais eram as gírias usadas, o significado atribuído, no contexto prisional, e também as situações de uso. Todas afirmaram que falam e conhecem as gírias prisionais, mas que foram desafiadas a usá-las com as companheiras de condenação, pois antes desconheciam alguns vocábulos gírios e seus respectivos significados. Declararam,

inclusive, que o uso não foi imediato, pois ao chegarem ao presídio permaneciam a maior parte em silêncio, observando o ambiente e a maneira como as companheiras interagiam para depois estabelecerem contato incorporando as gírias identificadas.

Na próxima seção, apresentamos os instrumentos de coleta e tratamento de dados.

3.4. Coleta e tratamento dos dados

A coleta dos dados iniciou em dezembro de 2017, terminando em fevereiro de 2018. Tivemos dois encontros por mês, ou seja, um encontro com cada participante para não atrapalharmos o rendimento laboral e a rotina da unidade, uma vez que nos dirigíamos ao presídio no horário de trabalho das reclusas.

Para conseguirmos a variável linguística de nosso interesse, usamos como instrumento de coleta de dados a entrevista, feita por meio de conversas informais, cujo objetivo era levantar os dados relacionados ao uso da gíria juntamente com os valores, atitudes e opiniões das entrevistadas, ou seja, dados subjetivos que poderiam ser obtidos por meio desse instrumento e assim poder classificá-las de acordo com os objetivos da pesquisa.

De acordo com Moura, Ferreira e Paine (1998, p.77), as entrevistas podem ser classificadas como: inestruturadas, semiestruturadas e estruturadas. Utilizamos a entrevista inestruturada porque segundo o referido autor “não requerem um roteiro prévio de perguntas, sendo compostas apenas de estímulos, ditados pelos objetivos da pesquisa”. Nessa perspectiva, o entrevistado é livre para conduzir o processo, enquanto o entrevistador se limita ao recolhimento da informação, à estimulação da comunicação e a manter o fluxo de informações sobre as variedades estudadas.

Logo, esse instrumento permitiu que as participantes conversassem abertamente durante as entrevistas e assim recolhêssemos as informações direcionadas aos objetivos propostos, dando-nos a possibilidade de estudar as narrativas de experiências pessoais. Segundo Tarallo (1985), “os estudos de narrativas de experiência pessoal têm demonstrado que, ao relatá-las, o informante está tão envolvido emocionalmente com o que relata que presta o mínimo de atenção ao como”.

Assim, a medida que a informante narrava as experiências pessoais, se desvencilhava de qualquer preocupação com a forma de falar e se atentava apenas

em mencionar as gírias utilizadas com os significados atribuídos e as situações de uso.

As entrevistas foram individuais, não foram gravadas devido à proibição de entrada de aparelhos eletrônicos, fato que fez com que as informantes, se expressassem de forma um pouco mais livre, espontânea e voluntária. Sabemos que o gravador não é o único fator negativo e que a presença do pesquisador, na situação de coleta de dados, também interfere. Segundo Tarallo (1985) seja qual for a natureza da situação de comunicação, seja qual for o tópico da conversa, seja quem for o informante, o pesquisador deve tentar neutralizar a força exercida pela presença do gravador e de sua própria presença como elemento estranho à comunidade.

Nesse sentido, tentamos minimizar o efeito negativo da nossa presença sobre o comportamento sociolinguístico da comunidade, esclarecendo sempre a informante sobre os objetivos da pesquisa. Percebemos que o fato dos dados serem registrados, em diário e não gravados, trouxe mais informalidade às entrevistas e fez com que as participantes agissem com pouco mais de naturalidade.

Na fase de tratamento de dados, buscamos então, mostrar de maneira pontual que o vocabulário gírio possui um significado metafórico e criptológico e o uso reflete uma realidade sociolinguística.

Por ser uma pesquisa qualitativa-descritiva, dividimos o tratamento de dados em etapas. Na primeira, elencamos todas as gírias mencionadas sem mensurá-las numericamente. Em seguida, fizemos a descrição de dez gírias utilizadas pelas mulheres em situação de cárcere como forma de identidade, inclusão e proteção, estabelecemos assim relação entre a variável gênero. Para certificação do significado atribuído a gíria e a expressão usada, dentro do contexto prisional, selecionamos somente vocábulos gírios fornecidos por mais de uma informante.

E, por fim, foi realizada a análise pontual das gírias que se destacaram no conjunto do vocabulário gírio dessas mulheres, considerando as estruturas linguísticas dos vocábulos registrados, a realidade sociolinguística; assim como os processos de formação envolvidos, sinalizando que as relações entre alguns vocábulos e o seu respectivo emprego e significado, por parte das mulheres, servem como recurso interacional e meio de sobrevivência e estão intimamente ligados ao universo feminino.

As anotações dos vocábulos gírios, as definições atribuídas e os comentários feitos foram todos registrados pela pesquisadora, dentro do EPFIIZ.

No próximo capítulo, buscaremos mostrar, por meio das análises dos dados coletados, que o presídio é um lugar social e a gíria um recurso linguístico expressivo na representação de sentimentos e perfeitamente adequado que dá forma as manifestações linguísticas daquele local.

CAPÍTULO 4 – “É NÓIS FALANO” _ A LÍNGUA DO EPFIIZ

Neste capítulo, buscamos descrever, analisar e interpretar o vocabulário usado pelas mulheres recolhidas no EPFIIZ, considerando o contexto de produção da fala e sua influência nas interações prisionais e por isso nomeamos com o título: “É nós falano.” A análise dos dados foi feita baseada no aporte teórico descrito nos capítulos anteriores desta pesquisa, por meio de apontamentos feitos por esta pesquisadora e foram considerados os aspectos externos, isto é, extralinguísticos envolvidos.

Vimos, no decorrer da investigação, que a opção pelo uso da gíria, dentro do ambiente prisional feminino, não é resultado de predileção, tampouco se dá de forma fortuita, uma vez que demonstra o valor e a importância que essa variedade possui para seus membros.

As palavras e expressões selecionadas colocam em evidência as razões socialmente motivadas para seu uso, mostram o sentido construído através das interações e o significado implícito nesses léxicos. Os enunciados remetem a práticas sexuais, a relações afetivas, nomeiam objetos de uma forma metafórica e fazem menção a expressões que representam sensações e sentimentos como alegria, tristeza e medo.

Levantamos uma lista com as gírias mais utilizadas no meio prisional, mas selecionamos dez para análise, sendo as demais utilizadas na elaboração de um glossário (vide anexo 1) que segue apenas a esta pesquisa.

As dez gírias analisadas tiveram como critério de seleção a distinção social da falante, pois o falar da mulher em situação de cárcere reflete o cotidiano, os hábitos e os costumes adquiridos no contexto da vida prisional, mas os sentidos e significados atribuídos as palavras revelam a relação entre linguagem, cultura e identidade social, uma vez que fazem referência as atividades ligadas a família e atividades domésticas da mulher.

Esta pesquisa, por envolver seres humanos, conta com o consentimento formal das participantes, conforme orienta o Comitê de Ética. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, as autorizações das autoridades competentes para a realização das entrevistas com as presas e os demais documentos comprobatórios fazem parte dos anexos (vide anexos 2,3 e 4). Passaremos a seguir, às análises dos vocábulos gírios.

4.1. Bebê

A gíria *bebê* é utilizada pelas presas de forma metafórica com o sentido diferente da definição dicionarizada do substantivo *bebê*, cujo significado, no dicionário Michaelis, é “criança pequena”. A palavra *bebê*, quando empregada como gíria, recebe um novo significado a partir dos traços de referência do vocábulo, uma vez que é utilizada para nomear o objeto celular que como um bebê precisa ser mantido em um lugar seguro e com proteção.

Dentro do ambiente prisional, o *bebê* exige os mesmos cuidados de uma criança pequena porque sua descoberta traz penalidade àquela que assume sua propriedade, devido à proibição imposta em lei. A transmutação de um sentido ao outro auxilia na ocultação do objeto proibido e conseqüentemente evita a aplicação da penalidade porque constitui dever da presa abster-se de obter e fazer uso de aparelho de comunicação móvel tipo celular (RIBUP, Art, 79 XLIII). Também comete falta disciplinar a mulher sentenciada que tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo. (LEP, ART. 50).

Assim, ao cometerem falta, as mulheres recebem sanções que podem ser: advertência verbal, repreensão, suspensão ou restrição de regalias, suspensão ou restrição de direitos, observadas as condições previstas no parágrafo único do art. 41 da Lei Federal nº 7.210, de 1984 ao permitir o isolamento na própria cela ou em cela disciplinar, nas unidades que possuam cela e ou alojamento coletivo, regressão de regime e transferência de Unidade Prisional. (RIBUP, Art, 50 I – VII). No caso específico de portar “bebê”, podem ser aplicadas as três últimas sanções o que ratifica a necessidade do uso dessa gíria.

Diniz (2016) nos mostra em seus relatos a definição da mulher presa sobre a falta disciplinar e apresenta da seguinte maneira:

Falta leve é malfeito, punição é olho torto com texto breve, sinal da disciplina farejando presa. Falta media ou grave desorganizam atravessamento ou benefício, dr. Juiz é informado, retarda saidão. Falta grave despacha presa de dez a trinta dias para barraco do isolamento. Três faltas médias equivalem a uma grave; três faltas leves, a uma média. Regra de três é escritura, presa esperta recupera matemática da pouca escola do passado. Falta é classificada pela lei do fora e pelo regimento do dentro. (DINIZ, 2016, p. 30)

Vimos, na declaração da presa, o conhecimento jurídico, pois há menção da lei de fora representada pela Lei de Execução Penal e a lei de dentro, ou seja, o regimento interno da unidade prisional. A definição também mostra as implicações que o não cumprimento de regras pode acarretar à infratora, inclusive mencionando o tempo de isolamento, no caso de falta grave.

De acordo com Mollica (2015), espera-se de uma mulher o uso de uma linguagem condizente com sua condição feminina. Dessa forma, a opção pelo uso de uma palavra que remete ao universo feminino para ocultar um objeto proibido funciona como um processo de autoproteção, porque omite ações que se detectadas trazem consequências ao falante, além de mostrar aceitação de sua feminilidade e de seu status social.

A gíria, segundo Preti (1984), adquire condição de signo de grupo, identificador, e elemento de defesa e proteção quando é usada propositalmente para assegurar o caráter criptológico, mantendo distantes aqueles que não pertencem à mesma comunidade e a classifica de duas formas: de uso restrito e também de uso comum.

Nesse caso, trata-se de uso restrito uma vez que seu emprego se dá apenas no ambiente prisional, pois fora desse ambiente assume o significado dicionarizado, sendo também um elemento de defesa e proteção pelo fato de ser usada de forma proposital para esconder o *bebê* e não sofrer penalidade.

Assim, essa gíria é um recurso linguístico utilizado, nesse caso, propositalmente para ocultar um item proibido.

4.2. Mamá / papá

As gírias *mamá* e *papá* são utilizadas de forma metafórica com o sentido diferente da definição dicionarizada, mas aproveitando os traços de referência de cada vocábulo. *Mama* nos leva ao entendimento do ato de sugar o leite e *papá* nos remete a alimento mais espesso usado na alimentação de bebês. Estas palavras servem para nomear o carregador de celular e o crédito, valor de recarga que permite o uso do aparelho móvel. Ambas estão estritamente ligadas ao sentido dado à gíria *bebê* que, de acordo com que já analisamos, também é usada de forma metafórica dentro do presídio. São palavras do universo feminino que envolvem um dos papéis que a sociedade, ainda hoje, atribuiu à mulher, o de ser mãe.

A transposição dos substantivos carregador e créditos para *mamá* e *papá* respectivamente se deu em correspondência com a natureza e a função de cada objeto. Nesses vocábulos estão intrínsecas as atuações da mulher enquanto mãe, que alimenta seu filho a princípio dando-lhe *mamá* e posteriormente inserindo papinhas a alimentação.

A mulher não precisa gerar um filho para protegê-lo, amamentá-lo e nutri-lo com alimentos sólidos. O cuidado, o aleitamento e a nutrição são imprescindíveis ao bom desenvolvimento físico e intelectual do ser humano e algo extremamente importante para a saúde física e mental do bebê, mas essas ações podem ser realizadas por qualquer pessoa que a deseje.

Seguindo esse raciocínio, podemos dizer que o cuidado com um bebê não se restringe a mulher que o gerou e sim a todas que queiram desempenhar esse papel. A mulher presa, ao optar pela guarda de um aparelho celular (bebê) precisa agir com o instinto maternal e assim cuidá-lo, dando-lhe *mamá* (carregador) e alimentando-o solidamente por meio do *papá* (créditos).

Desse modo, o *mamá* “carregador” desempenha a mesma função do leite materno, pois garante a subsistência, aumentando a vida útil do celular, dando-lhe a mesma longevidade que o aleitamento pode proporcionar e o *papá* (créditos) ajuda no desenvolvimento e bom funcionamento do aparelho celular, causando o mesmo efeito que o alimento ao corpo humano.

Nesse caso, a gíria é de uso restrito uma vez que seu emprego se dá apenas no ambiente prisional. O sentido metafórico foi construído a partir do significado das palavras, cuja descrição é sorver o alimento e alimentar. De acordo com Mollica (2015), espera-se de uma mulher o uso de uma linguagem, condizente com sua condição feminina. Dessa forma, a opção pelo uso da palavra *mamá* para nomear um objeto carregador e *papá* para nomear os créditos reflete a atitude feminina da mulher, uma vez que na ação de amamentar e alimentar estão implícitos carinho, conforto e segurança aos indefesos que necessitam de cuidado.

A expressão “dar de mamar ao bebê” é de uso feminino, não só por razões afetivas, oriundas do contato íntimo e da relação de afeto entre mãe e filho, mas também por questões fisiológicas ligadas ao aparelho reprodutor feminino. As mulheres possuem em seu corpo as glândulas mamárias cuja função primordial é a produção de leite para nutrir o recém-nascido. Porém, para Monteiro (2000), a diferenciação dos falantes em função do sexo não é um mero produto de fatores

físicos, senão que decorre de aspectos de ordem social aplicados preferencialmente a um sexo ou a outro.

Desse modo, o uso dessas gírias como significados associados ao universo feminino para ocultar objetos proibidos mostra um aspecto de ordem social, aplicado com preferência a esse gênero e a metaforização reflete o papel desempenhado pela mulher socialmente, uma vez que o significado da palavra transmite sensibilidade e emoção.

Segundo Preti (1984, p. 124), o processo metafórico é um mecanismo figurado de fundo emotivo, no qual, quase sempre, se evoca um objeto concreto por uma imagem também concreta, valorizando uma de suas propriedades. Nesse caso, houve, por meio de um fundo emotivo, a evocação do objeto concreto por uma imagem também concreta e foram preservados os valores semânticos dos objetos relacionados.

O sentido metafórico, nesse exemplo, também funciona como um processo de defesa e proteção do grupo porque esconde itens, que se descobertos, trarão penalidades a sua portadora. Por isso, a gíria *mamá* e *papá* são usadas propositalmente para assegurar o caráter criptológico, mantendo distante aqueles que não pertencem à mesma comunidade.

4.3. Coração

A gíria *coração* é utilizada dentro do EPFIIZ para designar o chip de celular. Dentre as funções que o chip possui está a de armazenamento de informações como números telefônicos, fotos, vídeos e por esta razão a mulher em situação de cárcere faz a analogia com o coração, órgão vital do corpo humano.

O dicionário on-line Michaelis define o coração como “órgão, formado de plasma, células e glóbulos vermelhos e brancos”. Essa definição nos remete a cardiologia, ciência que estuda o coração e suas patologias. Porém, não podemos menosprezar o significado simbólico do coração porque por meio dele os aspectos emocionais são identificados e nele os desejos e emoções são armazenados.

O coração simboliza o amor, estando presente em poemas, sonetos, versos, músicas e também na fé que orienta a preservá-lo por ser fonte de vida. “Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o teu coração, porque dele procedem as fontes da vida”. (Provérbios 4.23, *Bíblia Sagrada, ACF*)

O coração é popularmente conhecido como guardião de todas as emoções e por isso a gíria *coração* é empregada fora do contexto semântico e com significado simbólico, mantendo apenas a significação relativa com o órgão vital, já que as emoções e os sentimentos são ali armazenados.

A situação de cárcere leva essa mulher a ter pouco contato com os filhos e com a família. Para minimizar os efeitos da prisão, ela usa o celular para relacionar-se amorosamente e receber notícias de seus entes queridos. Os vídeos e as fotos são armazenados no chip e quando visualizados causam sensação de alegria, contentamento, sendo uma fonte de amor e lembranças de sua vida antes da prisão.

As mulheres aproveitam o significado do termo *coração* para fazer referência ao chip no intuito de manter o caráter secreto. De acordo com Preti (1984), a gíria ao aparecer como vocabulário criptológico está ligada à vida e à cultura de grupos sociais restritos. Para o autor, gíria adquire condição de signo de grupo, identificador, e elemento de defesa e proteção. Assim, a utilização de um vocabulário secreto é uma forma dessa mulher defender-se e preservar sua identidade com o grupo.

Desse modo, ao pronunciarem a frase popular “vou guardar para sempre no coração e na memória” fazendo referência aos arquivos recebidos e ao armazenamento das informações no chip, elas fazem a transferência semântica do termo empregado, pois utilizam o sentido simbólico do órgão coração, para designar o dispositivo eletrônico chip.

As mulheres são definidas pelo senso-comum como seres emocionais extremamente ligadas à afetividade e amor. O celular dentro do presídio, segundo as próprias presas, é usado, entre outros fins, para satisfazer suas necessidades emocionais, suas carências afetivas e para estabelecer os vínculos de afeto com aqueles que esperam seu retorno.

O *coração*, parte integrante do *bebê*, guarda as recordações dos familiares e proporciona satisfação à mulher presa, fazendo com que ela sinta que ainda vale a pena viver e lutar. Por ser algo proibido, mas que lhe traz alegria é retirado e escondido porque em caso de busca e apreensão do aparelho celular as informações estarão salvas no *coração*.

Ferrero (1972, p.11), menciona que “gíria é uma língua de guerra que é melhor organizada onde a luta é maior, onde o assalto é mais agudo e a defesa mais urgente”. Assim, o uso das gírias *bebê*, *mamá*, *papá* e *coração* representam uma língua de guerra utilizada para uma defesa urgente da mulher reclusa.

4.4. Chorona

A gíria *chorona* é empregada pelas reclusas com o sentido de *carta*, isto é, mensagem manuscrita utilizada para comunicar algo. A *chorona* não chega ao presídio de forma aleatória, ela tem dia específico para ser entregue e só acontece uma vez por semana. Caso a família ou amigo deixe de entregar no dia estipulado, terá que esperar, obrigatoriamente, a próxima semana para fazê-lo.

A etimologia da palavra carta não possui semelhança com a palavra *chorona*, pois a primeira é definida, no dicionário Michaelis-online, como “mensagem escrita que se envia, a fim de se obter ou mandar notícias; maneira de comunicar-se com alguém distante” e a segunda “aquela pessoa que chora muito”.

No entanto, por meio da metáfora, figura de linguagem em que um termo substitui outro em uma relação de semelhança no referido dicionário é feita a relação de sentido entre ambas e a carta passa a ser nomeada pela gíria *chorona*. A semelhança não está expressa, mas subtendida pelo efeito que causa a mulher presa ao realizar a leitura.

A reação de chorar é muito recorrente durante a leitura de uma carta, mas em se tratando do ambiente prisional a situação se acentua porque não é um recurso utilizado por não querer falar pessoalmente ou estar distante, mas sim um meio de receber notícias dos entes queridos como esposo, companheiro, filhos, amigos durante o período de reclusão.

A sensibilidade emocional é culturalmente um dom nato das mulheres e o choro acaba sendo inevitável, pois nem sempre conseguem impedi-lo, ignorá-lo ou sublimá-lo. Alves e Pitanguy (2007) contribuem nesse sentido ao mencionar que aprendemos ser homens e mulheres uma vez que o masculino e o feminino são criações culturais e os comportamentos são aprendidos por meio do processo de socialização que condiciona de forma diferente os sexos a cumprirem funções específicas e diversas.

Nesse sentido, a construção social outorga a mulher um papel de *chorona*, permite-lhe o choro uma vez que a pressão social não recai sobre ela e sim aos homens que desde crianças, são levados a evitá-lo com a frase popular “homem não chora”. Assim, a transmutação do sentido da palavra carta para a gíria *chorona* remete ao papel que pode ser assumido pelo sexo feminino sem qualquer questionamento, pois o senso comum a considera sensível, frágil, delicada e corrobora com o

pensamento de Mollica (2015) de que se espera da mulher uma linguagem que condiz com sua condição feminina.

Logo, a gíria *chorona* preserva o conceito do substantivo carta no intuito de garantir a identidade do grupo porque as presas ao usá-la sabem o significado pretendido e cabível durante a interação e qual o valor semântico conferido à palavra durante seu uso, pois a reclusão ao separar a mulher, ainda que momentaneamente, de seus amados e da vida em sociedade a leva a optar pelo uso da *chorona*, uma vez que esta representa o meio quase que exclusivo de se comunicar.

Sendo assim, o recebimento da *chorona* é algo comum e resulta no efeito do choro fazendo com que essa gíria seja muito usual, naquele contexto, mas embora a *chorona* tenha recebido essa denominação, no ambiente prisional, não podemos considerá-la de uso restrito porque os familiares ao escrevê-las sabem como são nomeadas, naquele ambiente, mesmo estando fora dele.

Por isso acreditamos que a *chorona* esteja em processo de nivelção e será integrada ao léxico corrente porque, de acordo com Preti (1984), a gíria torna-se gradativamente conhecida porque as classes convivem e podem transformar a gíria em um vocábulo popular, perdendo assim a identificação de classe.

Não conseguimos levantar se a gíria é empregada em concordância com o substantivo substituído feminino (*chorona* x carta), ou simplesmente por tratar-se de presídio feminino e a mulher ser considerada culturalmente como àquela que chora com mais facilidade.

4.5. Capa Preta

A gíria *capa-preta* faz referência à autoridade do juiz. Segundo Preti (1984), a gíria se classifica de duas formas: de uso restrito e também de uso comum, nesse caso trata-se de uso restrito uma vez que seu uso está associado à visão de mundo de pessoas ligadas ao crime, conforme apresentado no capítulo 1 do presente trabalho.

O valor metafórico dessa gíria foi construído pelo traje usual de um profissional ligado às pessoas na condição de réu, cuja vestimenta é longa com aparência de capa, na cor preta, usada por cima do terno, com um capelo na cabeça e que comumente levam o anel no dedo que representa sua formação profissional.

A função simbolizada pela vestimenta está associada à concepção de um Exu Capa Preta⁹, entidade cuja indumentária é preta e composta por capa, terno, calça, bengala, cartola, anéis com pedras pretas. Acredita-se que, em vida, tenha sido um conde e, por essa razão, pode dedicar grande parte de seu tempo adquirindo conhecimentos.

Dentre as características socioculturais do emprego dessa gíria, no EPFIIZ, está o fato de todas as mulheres que ali cumprem pena já terem passado pelo crivo da lei, na figura de um juiz e ter recebido dele a sentença final pelo reconhecimento da culpa que resulta na imputação da pena, quando esperavam que ele as livrasse do delito de que foram acusadas.

Dessa forma, podemos perceber que não há dualidade, mas sim associações entre as definições das palavras apresentadas, pois ao serem submetidas ao juiz, as mulheres podem receber tanto o bem, representado pela absolvição como o mal, ou seja, a condenação. Essa ação está presente também na figura da entidade Capa Preta, como podemos ver por meio do entendimento de Daniel Quaresma Dias, postado, em seu blog, em outubro de 2013:

Curiosamente na quimbanda, essa entidade tanto pode significar o bem quanto o mal, sendo ele um moderador que hora pende para o bem, hora pende para o mal. Muitas vezes enganando e fazendo maldades em troca de oferendas, serviços de amarração dentre outros. Como um poderoso mago, Capa Preta também possui poderes capazes de influenciar tanto o reino animal quanto vegetal, sendo considerado por algumas correntes como uma entidade "faca de dois gumes", pois possui tanto bondade quanto enorme tendência à maldade. (blog Calafrio)

Assim, a gíria *capa preta* é usada para designar juiz e recupera a ideia da autoridade que pode oscilar entre o bem e o mal, uma vez que tem em suas mãos o poder de decidir sobre a salvação, a tão sonhada liberdade ou a condenação representada pela inserção ao presídio. Esse vocábulo revela o desprezo que as mulheres sentem pela figura do homem da lei. Isto ocorre porque ele é o responsável pela sua prisão.

⁹ Significado de Exu no *Dicionário online Michaelis*: Entidade espiritual do candomblé ou da umbanda, que funciona como um tipo de porta-voz que conduz os pedidos (ou oferendas) oferecidos pelos homens aos orixás maiores; orixá panteão nagô. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/exu/>

Sendo o Juiz uma figura pública e influente na sociedade, o uso da gíria se restringe à linguagem prisional, sendo preciso penetrar nas estruturas sociais dos grupos que a utilizam para então compreendê-la.

No entanto, encontra-se em processo de popularização, pois estão presentes nos sites ligados a termos e gírias utilizadas por detentos.

4.6. Jega

A gíria *jega* é utilizada para nomear o que seria o móvel sobre o qual se coloca um colchão para habitualmente descansar e dormir. No ambiente prisional, a *jega* como é chamada a cama é feita de concreto e a quantidade não corresponde ao número de presas, razão pela qual algumas obrigatoriamente dormem no chão, o que elas denominam *dormir na praia*, como descreve Diniz (2016):

Há um modo de falar típico de presídio, as palavras circulam e se renovam. Não há ritual de alfabetização para a recém-chegada, aprende-se vivendo. Na primeira noite, descobre-se que cama é *jega*. [...] presa aprende rápido o modo de viver do presídio: quem dorme na *jega*, quem dorme na praia. (DINIZ, 2016, p.11-12)

Trata-se de uma gíria de uso restrito, pois seu emprego é usual no ambiente prisional sendo conhecida pelas mulheres que já cumprem ou cumpriram pena ou por pessoas que em algum momento adentraram o presídio para visitar familiares. Por meio de um processo metafórico, a gíria em questão pode ser associada ao animal jegue, da família dos equinos, conhecido cientificamente como *Equus asinus*.¹⁰ Esse animal é utilizado para transportar cargas devido a sua resistência e como desde a pré-história carregam peso nas costas são considerados animais sofridos.

De igual forma, as *jegas* carregam mulheres pesadas para a sociedade, abrigam as cargas de sofrimento advindas do aprisionamento e carregam sob si medo, castigo, perigo, insegurança além de sofrimentos psíquicos invisíveis, mas que deixam marcas da dor, do abandono, da perda e da desigualdade.

¹⁰ Definição no dicionário português Michaelis: Palavra de origem latina que significa *Equus africanus asinus* é uma subespécie de mamíferos perissodáctilos cujo nome popular é asno ou burro, jumento, jegue, jerico ou ainda asno-doméstico. De tamanho médio, focinho e orelhas compridas, é utilizado desde a Pré-história como animal de carga.

Outra relação possível está associada ao fato de o animal ser teimoso e nem sempre obedecer seu dono e a *jega* pelo fato de não poder ser deslocada, ainda que sua dona queira, pois é de concreto.

Assim como a gíria *chorona*, não conseguimos verificar se o substantivo *jega* é usado no feminino em concordância com o substantivo substituído cama, tampouco se a expressão *lavar a jega* tem relação com liberdade de uma mulher que cumpriu sua reprimenda e ao sair passa seu lugar de repouso a outra que porventura esteja *dormindo na praia*.

4.7. Cantar a Lili

A gíria *cantar a Lili*, tem como significado: saiu minha liberdade. Esta expressão está associada, em parte, com o dito popular *cantar a pedra*, comumente usada como forma de prever o que irá acontecer futuramente. Dessa forma, como o Brasil veda constitucionalmente a imposição das penas de prisão perpétua é possível prever que a mulher presa, cedo ou tarde, receberá o benefício da liberdade como vemos a seguir:

Art. 5º, § XLVII - não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; **b) de caráter perpétuo;** c) de trabalhos forçados; d) de banimento; e) cruéis; (CFB, 1988. grifo nosso)

Outra associação possível é com bingo, jogo de azar baseado muito mais na sorte que na habilidade do jogador, pois ganha aquele que completa todos os números da cartela. O jogo é conduzido por um chefe de mesa que ao ter conhecimento que o jogador completou os números, confere os dados e entrega o prêmio ao ganhador que celebra de forma eufórica.

Nesse sentido, as mulheres presas esperam futuramente pela liberdade assim como um jogador de bingo espera pela última pedra da cartela. Elas anseiam o número 83 do Código Penal Brasileiro, pois este Artigo trará o livramento condicional, um tipo de premiação oferecida aos presos durante o cumprimento da pena, desde que preenchidos os requisitos legais.

Art. 83 - O juiz **poderá** conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

- I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;
- II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso;
- III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto.

As presas acreditam que para ganhar a *Lili*, assim como no jogo, dependem da sorte, pois a lei diz que o juiz poderá conceder o livramento. Como o ato é discricionário, resta-lhes apenas aguardar e cumprir rigorosamente os requisitos exigidos para o benefício.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2014), as mulheres costumam usar mais diminutivos que os homens. Assim, em *Lili*, vemos uma forte marca de gênero feminino dando à liberdade um apelido carinhoso, no diminutivo e seu uso não só atende a função da língua de estabelecer contatos sociais, mas compromete o entendimento, levando a perda da eficácia comunicacional se os interlocutores não identificarem seu valor semântico, no contexto em que está sendo empregada.

Dessa maneira, a construção lexical por meio dessa gíria mostra as características sociais decorrentes do local em que a falante se encontra, sendo possível realizar análise associada ao comportamento linguístico da mesma.

Cantar a Lili já se vulgarizou e foi incorporada na linguagem social de alguns grupos. Entre os fatores que contribuíram para a sua disseminação está a popularização do funk, tipo de música muito popular nas favelas, lugar onde reside a maioria nos egressos¹¹ prisionais e que fazem, em suas letras, menções da realidade vivenciada na prisão, como mostra a estrofe da música *Canta Lili*, abaixo:¹²

Hoje eu acordei, estou à disposição. Agradeço ao pai e peço sua proteção. Oh meu Deus por favor, olhe por mim. Pra minha família e também prus irmaozim. Não desampare aqueles que estão na prisão. Muitos estão ali por falta de opção. Canta lili em nome do Senhor. Já foi escrito nós é mais, mais que vencedor.

Sabe-se ainda que muitas pessoas sobem os morros para frequentar os famosos bailes funk e mediante a interação com os egressos e a reprodução das

¹¹ *Dicionário Michaelis online* define egresso como aquele que não pertence mais a um grupo, a uma comunidade. Aquele que deixou estabelecimento penal e readquiriu a liberdade depois de ter cumprido pena. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/egresso/>

¹² Música disponível no youtube. Conforme consta nas referências.

letras, acabam assimilando algumas gírias e de certo modo realizando o nivelamento linguístico. Para Preti (1984), existem duas direções na interação entre gíria marginal e gíria comum: de um lado, um grande número de termos da vida normal que adentra o ambiente carcerário; de outro, um considerável número de vocábulos e expressões da vida marginal que se introduz na linguagem corrente.

Neste caso específico, a expressão da vida marginal está sendo introduzida paulatinamente na linguagem corrente, mostrando a abrangência social e cultural no emprego do fenômeno gírio.

4.8. Quietto

A gíria quietto, é utilizada pelas detentas de forma metafórica com o sentido nada semelhante à definição dicionarizada. *Quietto* define um pano usado como cortina, colocado na *jega* para impedir a perturbação e dar privacidade à mulher durante seu repouso ou momento de isolamento. O texto abaixo confirma essa definição:

Quietto é privacidade inventada de lugar onde se dorme de valete por falta de jega. Os beliches de três andares são cobertos por lençóis amarrados na jega, assim nasce um quietto. Quietto é como tenda de acampar, mas, no lugar de bandeirantes, bandoleiras passam a noite. (DINIZ, 2016, p. 51)

Oliveira (2006), apresenta uma definição semelhante:

O *quietto* designa a cama do interno isolada por uma cortina feita de lençol. Se, ao entrar em um quarto, o menor encontrar o *quietto*, ou seja, a cama isolada por um lençol, deve permanecer em silêncio para não incomodar seu companheiro. O *quietto* torna-se, dessa maneira, o único local da instituição onde o interno pode chegar a ter um pouco de privacidade.

Nesse caso, ocorre o que Preti (1984) descreve ao mencionar que o metaforismo gírio expressa, não raro, o desprezo pela sua própria condição de presa, subestimando-se e subestimando o grupo que o agrega. Fato presente na expressão “Quietto é como tenda de acampar, mas, no lugar de bandeirantes, bandoleiras passam a noite”. Esta fala revela o desprezo a si própria, falta de apreço e até desdém por meio da palavra “bandoleira” em oposição ao termo “bandeirantes” fazendo comparações antagônicas, pois a primeira remete a pessoa de má índole e a segunda

aos desbravadores que dormiam em tendas, mas possuem prestígio por terem expandido o território brasileiro durante os primeiros anos da colonização.

Para as internas do EPFIIZ, *quieto* simboliza a porta de sua casa e atende de certo modo o que prevê parte do Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, em seu inciso XI que diz: “A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.” Nenhuma mulher pode ultrapassar o *quieto* sem a autorização da proprietária da *jega* e caso ultrapasse pode sofrer as consequências desse ato, sendo penalizada pela invasão.

A proprietária precisa agir para impedir a invasão e solucionar o problema e caso não consiga, pode contar com a ajuda de suas companheiras de cela que ao perceberem a movimentação e sentindo a necessidade de interveniência tentam impedir que a ação prossiga, inclusive buscando evitar excessos.

O fato de não possuir uma *jega* e não fazer uso do *quieto* não diminui a garantia dos direitos, pois mesmo as mulheres que *dormem na praia*, assim denominadas por dormirem no colchão no chão, precisam dar licença para as outras usarem aquele espaço porque uma simples pisada no colchão caracteriza invasão de privacidade.

Atrás do *quieto*, a mulher guarda seus pertences pessoais, fotos dos pais, filhos, esposo e namorado. Nesse pequeno espaço, ela relembra os momentos de liberdade sem policiamento por parte das agentes de segurança e sem os olhares curiosos de suas companheiras de cela. Ao manter o *quieto* abaixado é como se a porta de sua casa estivesse fechada e ela pudesse se sentir no aconchego de seu lar, sem precisar tomar consciência de sua fragilidade e de sua dependência absoluta perante as autoridades.

O gíria *quieto*, nesse caso, pode estar relacionada com a definição apresentada no dicionário *Michaellis* online que define como adjetivo que se refere àquele (a) que permanece imóvel, não se movimenta e, conseqüentemente, não faz algazarra, barulho, nem causa confusão e o *quieto* simboliza um desejo por tranquilidade em meio ao caos.

Assim, verificamos que o sentido metafórico foi construído a partir do significado da palavra, cuja descrição é manter-se parado, inerte, mas o processo metafórico permitiu a substituição do sentido literal pelo sentido figurado e houve a substantivação do adjetivo *quieto*, dando-lhe sentido diverso ao nomear um pedaço de pano que serve, nesse contexto prisional, para proteger, adornar, ocultar e fechar o espaço físico e garantir um pouco de privacidade.

4.9. Roçar

A gíria *roçar* é empregada pelas reclusas no sentido de manter um relacionamento homossexual. *Roçar* é algo muito comum dentro do ambiente prisional feminino e são vários os motivos que levam a mulher a optar por esta prática. A vulnerabilidade, a carência e a ausência de visitas íntimas são fatores preponderantes, pois as mulheres são geralmente abandonadas por seus parceiros quando ingressam no sistema prisional.

Enquanto os homens são assistidos e visitados frequentemente por suas esposas e amásias, elas recebem assistência afetiva e material apenas de seus pais, mães, avós e irmãos, sendo que a maior incidência de visitas é feita pelas mães e avós. Logo, *roçar* é muitas vezes a única opção de relacionamento afetivo.

O sentido do verbo *roçar* é transferido metaforicamente para o ato sexual pela semelhança ou analogia, uma vez que a definição apresentada no dicionário online de Português – Michaelis é “ato de esfregar” e no sentido figurado: “tocar levemente por, deslizar por e friccionar mansamente”.

O conceito de “*roçar mato*” também apresentado no mesmo dicionário não é usado fazendo analogia ao pelo pubiano, porque dentro do presídio Irmã Irma Zorzi tem salão de beleza e é comum a mulher fazer depilação, naquele local.

Mesmo apresentado sentido duplicado, o verbo *roçar* é esclarecido pelo contexto e a transmutação de um significado ao outro não dificulta seu uso porque ainda que ambos os conceitos estejam presentes, as usuárias sabem qual é o significado pretendido e o valor semântico atribuído ao verbo.

Considerando a perspectiva sociolinguística empregada nesta pesquisa, analisaremos o fator social e local da língua em uso. O fato de a mulher reclusa ter que se submeter a uma série de restrições e exigências para o recebimento de visita íntima e pesar sobre ela uma imagem estereotipada de delinquente, que é considerada malvada e um péssimo exemplo para a sociedade e filhos, faz com que a administração prisional, juntamente com as autoridades, busque estratégias que dificultem a visita íntima e impeçam a gravidez.

O homem, para receber a visita de uma parceira, basta declará-la por escrito como amásia, sem que lhe seja cobrada comprovação documental. A mulher, para visitar o homem preso, sob a égide da Agência de Administração do Sistema Penitenciário – Agepen, precisa apenas submeter-se a Portaria Normativa nº 01, de

30 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado 7.838, de 02 de dezembro de 2010, fls 02, que disciplina o direito de visita nas unidades penais e dá outras providências.

A mulher presa, ao contrário, além de ter que atender a mesma portaria tem que se submeter a um processo de autorização de visita íntima, que inclui o requerimento por escrito, a comprovação do estado civil, mediante certidão de casamento e/ou declaração de união estável, exames laboratoriais dela e do pretendo visitante, aguardar parecer jurídico da unidade e assinar termo de responsabilidade assumindo os riscos de contágio de doenças sexualmente transmissíveis, no intuito de eximir a administração do presídio e seus servidores de qualquer responsabilidade quanto às possíveis enfermidades que porventura venha a contrair.

Os empecilhos impostos associados à carência afetiva e ao abandono faz com que as ligações amorosas se estendam à homossexualidade, durante a reclusão, e o “roçar” passa a ser a única alternativa de satisfazer os desejos sexuais, aliviar o estresse e relaxar durante o cumprimento da pena. Há um dito popular usado no presídio que diz: “amor de sapatão termina no portão”, o que significa que as mulheres se não encontram o amor, nesse tipo de relação, acabam por deixar de *roçar* e retomam à condição de heterossexual como antes da condenação, conforme menciona Queiroz (2017):

Mulheres que se consideravam heterossexuais antes da detenção afirmam, que, ligadas pelo companheirismo, o apoio na depressão e no medo, se envolveram com outras mulheres. Nessas parceiras descobrem novos desejos e, às vezes, o amor. Algumas chegam a dizer que não são lésbicas, mas estão lésbicas. (2017, p. 251)

Como podemos ver, o *roçar* é resultado da construção de relações emocionais cuja motivação é a carência e abandono e perpassa a intimidade atingindo o falar. Segundo Monteiro (2000, p. 75), as diferenças linguísticas relacionadas à função do sexo surgem porque a língua como um fenômeno social está estreitamente relacionada às atitudes sociais. Sendo homens e mulheres diferentes socialmente pelos papéis distintos que a sociedade lhes confere, espera-se que ambos utilizem padrões de comportamento também distintos, sendo a linguagem apenas um reflexo deste fato social.

Dessa forma, o papel que a sociedade confere à mulher de ser pura, dócil, afável, fiel interfere no judiciário que age de forma excludente e assimétrica em seus

atos relacionados à questão de gênero feminino, mas não a impede de relacionar-se sexualmente e, nesse contexto social, emergiu a gíria analisada que reflete padrão de comportamento feminino por meio da linguagem, pois como menciona Diniz (2016), “em mundo de privações se reinventa até mesmo o prazer”.

4.10. Talarica

A gíria *talarica* possui relação com o substantivo masculino *talarico*, definido no dicionário Michaelis como sendo “o sujeito que canta, cobiça, xaveca a mulher do próximo”, ou seja, aquele que busca conquistar uma pessoa comprometida.

No EPFIIZ, é utilizada no gênero feminino *talarica* e designa aquela que se envolve física ou emocionalmente com os parceiros ou parceiras afetivas de suas colegas de cela sendo, portanto, consideradas nocivas e perigosas.

A *talarica* é uma mulher que tem conhecimento que o homem/mulher é casado(a), conhece sua parceira(o) e ainda assim usa estratégias que levam a um envolvimento amoroso. Em alguns casos a *talarica* sabe inclusive as dificuldades do casal, pois é confidente de um dos cônjuges e usa das informações dadas por ela/ela para tirar proveito da situação. Usam o estado de vulnerabilidade e carência de um dos parceiros para atingir o objetivo de conquista e nem sempre é por afeição ou amor e sim por *inveja*.

A *talarica* é odiada pela forma inescrupulosa como atua e recebe manifestações de despreço, repulsa verbal, podendo até ser agredida pela vítima da talaricagem.

Segundo Preti (1984), a gíria dos grupos restritos acaba por divulgar-se, tornando propriedade comum de todos os falantes, por meio da televisão, rádio e músicas populares. Isso faz com que a gíria deixe seu papel criptológico e passe a ser usada pela sociedade no geral.

No caso da gíria em referência, podemos verificar que o termo é de uso popular, já foi incorporado pela sociedade, sendo divulgado com o mesmo significado como podemos verificar na letra da música do cantor Zeca Pagodinho, intitulada *Talarico, Ladrão de Mulher*.¹³

Eu não falo mais com Talarico. Talarico roubou minha mulher. Talarico era um cara confiado. Chegou todo aprumado, eu não fiz fé. Terno de linho branco engomado. E com pinta de quem nada quer. Quando tocou um samba sincopado. Minha nega danou dizer no pé

¹³ Música Disponível no youtube. Conforme consta nas referências

De acordo com a música, o *talarico* age de forma sorrateira e inescrupulosa como podemos ver na descrição da frase “com pinta de quem nada quer” e recebe desprezo como vemos no trecho “não falo mais com *talarico*”.

A transitoriedade da gíria restrita para a comum, nesse caso, se deu também pela mídia, corroborando com o pensamento de Preti (1984) ao afirmar que a linguagem criptológica vai paulatinamente sendo conhecida e usada pela sociedade, deixando de ser um vocabulário especial e aparecendo como uma variação a mais, junto aos vocabulários populares e comuns.

Houve assim, a popularização da gíria *talarico* por meio da música e sua incorporação na linguagem corrente e no dicionário da língua portuguesa produziu o nivelamento linguístico, pois não podemos fazer ligação de seu significado a um grupo ou ambiente específico, uma vez que é usada por diversos grupos sociais.

Em suma, as gírias expostas nesse capítulo estão diretamente relacionadas à vida das mulheres dentro do EPFIIZ. Verificamos que essa linguagem criptológica é utilizada nas relações desenvolvidas com suas parceiras, possibilitando uma comunicação com mais liberdade, assegurando, assim, sua proteção, uma vez que mostra a maneira de pensar e os problemas sociais enfrentados durante a reclusão. Os termos fornecidos pelas presas que não atenderem o critério de seleção foram inseridos nos anexos (vide anexo 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar as gírias utilizadas pelas mulheres em situação de cárcere, no EPFIIZ, na cidade de Campo Grande, no MS, como expressão de identidade, inclusão e proteção e como objetivos específicos conhecer o processo de interação dessas mulheres e a maneira como influencia o comportamento social, inclusive na escolha de seu repertório linguístico; relacionando os sentidos das gírias usadas com o dia a dia das encarceradas para assim entender até que ponto o uso favorece a identificação da falante e revela sua visão de mundo.

Acreditamos que nosso propósito tenha sido atingido mesmo se tratando de um ambiente de segregação com riscos de rebeliões, motins e fugas, pois conseguimos adentrar e realizar a pesquisa e, assim, evidenciar que as palavras não são usadas no sentido literal do léxico da língua portuguesa, mas recebem um novo sentido semântico que remete a um significado específico, sendo transformadas em gírias. Constatamos que o uso dessas gírias, pelas mulheres apenas, é resultado da necessidade de se adequarem e sobreviverem no ambiente prisional e por isso são compreendidas, em algumas situações, somente no contexto prisional.

A partir dos objetivos propostos, buscamos na Sociolinguística Laboviana suporte para responder nossas inquietudes. Assim, nos sustentamos nos pressupostos teóricos de Labov (1972), Bagno (2007), Preti (1984, 2004), Bortoni - Ricardo (2014), Coelho (2015), Mollica e Braga (2015), dentre outros, que nos permitiram relacionar a linguagem do grupo pesquisado às relações socioculturais e contextuais que subjazem ao processo comunicativo das mulheres envolvidas nesse tipo de interação.

Como metodologia de pesquisa, optamos pela Sociolinguística Laboviana (LABOV, 1972), por se mostrar mais adequada aos nossos objetivos, uma vez que analisa a língua em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Essa metodologia nos permitiu coletar um grande número de dados por meio de conversas informais, espontâneas com menor monitoramento possível que foram anotadas no diário de registros, um objeto de apoio para a análise posterior.

Por intermédio dessa pesquisa, pudemos estudar a origem, sentido e uso das gírias e concluir que se trata de uma linguagem especial e informal utilizada por diferentes grupos sociais, mas para a comunidade linguística, em questão, a gíria

serve como meio de inclusão, pois é utilizada comumente pelas mulheres ao adentrarem ao cárcere. Garante a proteção uma vez que pessoas, alheias àquele convívio, não conseguem utilizar o repertório para se comunicarem porque não compartilham as mesmas vivências e assim não identificam os sentidos atribuídos às palavras. Revela a identidade, pois o sentido de cada gíria é construído socialmente por meio da interação local, revelando as misérias e as dificuldades enfrentadas naquele ambiente e cada palavra recebe um significado baseado nas necessidades do grupo, sendo adaptado no intuito de preservar as ações e impedir punições, mostrando assim os valores sociais que afetam sua conduta durante a reclusão e garantem uma convivência saudável no ambiente prisional.

Assim, o uso de um termo no sentido figurado ou conotativo e até mesmo a substituição de uma classe gramatical para outra ou de uma palavra à outra por meio da gíria é uma estratégia interacional que funciona como autoproteção, indo ao encontro do anseio da mulher presa, pois o uso de gírias, no ambiente prisional, está ligado principalmente aos sentidos culturalmente construídos no mundo subjetivo de suas usuárias, influenciando no comportamento social e modificando o seu falar, sendo um meio válido de expressar sentimentos e opiniões de forma segura.

As presas buscam adequar as gírias a cada situação de uso, separando quais podem ser divulgadas e quais devem ser mantidas em segredo. As palavras analisadas mostraram que ao empregar gíria, elas tentam manter em sigilo o significado de alguns vocábulos com a finalidade de garantir a unidade com o grupo por meio de uma linguagem criptológica que evidencia, de maneira expressiva, seus hábitos e costumes.

A adequação das palavras visa a atender às normas e às regras criadas pelo grupo e são seguidas à risca no intuito de garantir a aceitação social e evitar a rejeição e hostilização. Existe uma pressão social com relação ao uso da gíria no âmbito prisional já que a presa que não a utiliza corre o risco de ser tachada de traíra¹⁴ ou outro tipo que expressão que leva a depreciação ou até a exclusão social por não compartilhar as normas do grupo.

Logo, seguir as regras e os padrões estabelecidos pelo grupo envolve a linguagem e traz à mulher presa segurança, reconhecimento e aceitação de seus congregados. Por isso, podemos dizer que é utilizada como um meio de inserção ao

¹⁴ Significado de *traíra* no *Dicionário inFormal*: Pessoa traidora e falsa que não inspira confiança.

grupo. Igualmente serve como um instrumento de defesa e proteção, uma vez que os significados atribuídos às palavras não são, em alguns casos, nada semelhantes aos usuais e dicionarizados, sendo preciso estar submerso no ambiente desse grupo social para dominá-la e compreendê-la.

Observamos, contudo, que a gíria não é somente o emprego de uma palavra por outra ou um estilo de comunicação informal, mas também um espaço onde a criatividade tem um lugar privilegiado e a invenção de nomes para designar objetos ou ações transforma a comunicação em algo seguro, com afetividade sem perder ou prejudicar a essência do que se queira expressar.

Desse modo, os significados atribuídos estão associados não só à realidade vivenciada pelas mulheres, durante o cumprimento da pena, mas também estão condicionados à formação sociocultural e ao papel da mulher na sociedade. Por isso, utilizamos o aporte teórico da Sociolinguística Laboviana para analisá-las, pois este leva em conta o contexto social de produção de fala e considera a língua como um conjunto de normas sociais.

Mesmo conhecendo o ambiente prisional, não utilizamos a prerrogativa de sermos agente penitenciário, a fim de não inibir as participantes, que poderiam esconder informações relevantes, imaginando que seriam delatadas. Desse modo, a pesquisadora se apresentou como estudante da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) interessada em estudar a linguagem no meio prisional feminino. Ainda assim, acreditamos que algumas mulheres tenham se negado a participar por entenderem que estariam passando informações ao “inimigo”. Duas delas ao recusarem deram justificativas. A primeira disse que “acha feio usar gíria” e a segunda que “não usa língua de bandida”. Essa última afirmação levou-nos a pensar em um possível isolamento, pois de forma velada mostra reprovação e repulsa as companheiras que as utilizam.

Dentre as mulheres que participaram, algumas disseram que deixariam de utilizar a gíria quando saíssem da prisão, já que seu uso não seria apropriado em outras relações interpessoais, pois reconhecem que as convenções sociais exigem a utilização de determinados estilos de fala de acordo com as circunstâncias. Inclusive, uma das participantes mencionou que fazia uso da gíria na prisão, mas em casa não as utilizava porque não queria “poluir” os filhos, o que mostra preconceito com relação a esse tipo de uso linguístico.

Outras, no entanto, falaram que seguiriam fazendo uso da gíria em qualquer lugar pois, é a expressão do seu ser e da sua maneira de pensar e entender a realidade e não teriam motivos para deixar de usá-las porque estão eternamente condenadas pelo *zé povinho*, nome usado para fazer referência a sociedade.

Evidenciamos indicadores claros de que a escolha das palavras utilizadas, no EPFIIZ, provêm da condição feminina, posto que os nomes dados fazem referência ao lar, filhos e atividades domésticas.

Segundo o relatório do Departamento Penitenciário Nacional – Depen¹⁵ (2014), as mulheres submetidas ao cárcere são jovens, têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade e são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente.

Aproximadamente de 68% dessas mulheres possuem vinculação penal por envolvimento com o tráfico de drogas, não relacionado às maiores redes de organizações criminosas. A maioria dessas mulheres ocupa uma posição coadjuvante no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio; muitas são usuárias, sendo poucas as que exercem atividades de gerência do tráfico.

A constatação do fato de que grande parte dessas mulheres serem mães, possuírem baixa escolaridade, não exercerem gerenciamento do tráfico, sustentarem a família e serem coadjuvantes no crime nos permite vislumbrar que são levadas ao presídio por dependência emocional e necessidade financeira, porque geralmente desempenham trabalhos domésticos, são mal remuneradas e para melhorar a renda ou por temor de serem abandonadas, passam a comercializar ou transportar drogas para seus namorados, maridos ou amásios.

Dessa forma, a presa nomeia objetos de maneira figurada, com significados diferentes que vão além do sentido original, ampliando assim a significação de acordo com a situação em que é utilizada. Porém, o universo familiar é algo latente que para atingir o objetivo de não levantar suspeitas escolhem palavras relacionadas a sua condição de mulher. Fato comprovado com as gírias *bebê*, *mamá* e *papá*

De acordo Camacho (2013, p. 146), “a análise da variação sociolinguística se ocupa, dessa maneira, das escolhas que fazem os falantes entre as alternativas disponíveis independentemente da proveniência estrutural dessas escolhas”.

¹⁵ <http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>

Assim, acreditamos termos cumprido com o que foi proposto inicialmente, pois analisamos as escolhas das mulheres no EPFIIZ e observamos que existem palavras de uso específico e com características socioculturais daquele local que embora usadas de forma restrita, expressam a identidade do grupo, servem como meio de inclusão e garantia de proteção, pois os usos são específicos e característicos das mulheres em situação de cárcere.

É válido lembrar que a língua é a maior virtude cultural de um povo, que não existe um indivíduo melhor ou pior do que o outro, sociedade melhor ou pior e, portanto, não existe língua ou linguagem melhores do que outra. Todo e qualquer tipo de valorização é puramente social e o julgamento que se faz depreciando uma variedade é sempre partindo do pressuposto de que somos melhores em algum ponto. Se buscamos uma sociedade justa e igualitária, precisamos incluir a linguagem, pois como profissionais da língua devemos defendê-la em todos os lugares, tempos e espaços sociais.

Esperamos assim, que esta pesquisa possa contribuir para um novo olhar sobre essa variedade linguística, a ponto de que seja valorizada não somente pelos estudiosos da língua portuguesa, mas também pela sociedade em geral, pois esse universo linguístico é amplo, complexo e pode contribuir para o estudo do léxico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.M. **Como preparar trabalhos para curso de pós-graduação: noções práticas.** São Paulo: Atlas, 2002.

ALVES. B. M. & PITANGUY, J. O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 2007

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Código Penal.** Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** *Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.* Disponível em: www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

_____. **Decreto n. 12.116, de 11 de agosto de 1941.** Dispõe sobre a criação do Presídio de Mulheres. Publicado na Secretaria de Estado da Justiça e Negócios do Interior, aos 11 de agosto de 1941. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1941/decreto.lei-12116-11.08.1941.html>. Acesso em 25/09/2017.

_____. **Decreto n. 3.971, de 24 de dezembro de 1941.** Dispõe sobre a o cumprimento de penas do Distrito Federal. Publicado no Diário Oficial da União-seção 1, p. 238820. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3971-24-dezembro-1941-414013-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25/09/2017.

_____. **Decreto n. 7.387, de 9 de dezembro de 2010.** Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 147, n. 236, 10 dez. 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm Acesso em: 30 de outubro de 2017.

_____. **Decreto n. 26 de 01 de janeiro de 1979.** Cria o Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul – DSP. Publicado no Diário Oficial do Estado do MS de 01/01/1979, p.152. Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe>. Acesso em 25/09/2017.

_____. **Decreto n.14094 de 04 de dezembro de 2014.** Cria, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Comitê Estadual de Acompanhamento, Avaliação e Efetivação dos Direitos das Mulheres Presas e Egressas da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN). Diário Oficial do Estado do MS de 05/12/2014 (n.8814, p.1,2) Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe>. Acesso em 16/09/2017.

_____ **Decreto n. 12.140, de 17 de agosto de 2006.** Dispõe sobre o Regimento Interno Básico das Unidades Prisionais do Estado de Mato Grosso do Sul (RIBUP). Publicado no Diário Oficial do Estado do MS de 18/08/2006 (n.6.792. p. 2). Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe>. Acesso em 16/09/2017.

_____ **LEI nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

_____ **LEI nº 2.152, de 26 de outubro de 2000.** Dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

_____ **LEI nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 30 de outubro de 2017.

_____ **LEI nº 9.982 de 14 de julho de 2000.** Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares. Disponível em: https://www.legjur.com/legislacao/htm/lei_00099822000. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

_____ **LEI Nº 11.942, de 28 de maio de 2009.** Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11942.htm. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

_____ **LEI Nº 12.121, de 15 de dezembro de 2009.** Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12121.htm Acesso em: 30 de outubro de 2017.

_____ **LEI Nº 2.152, de 26 de outubro de 2000.** Dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

_____ **Portaria Interministerial n. 210 de 16 de janeiro de 2014.** Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 17/01/2014 (n. 12, Seção 1, pág. 75).

_____ **Portaria GAB.DSP n. 04 de 12 de maio de 1986.** Cria o Estabelecimento Penal Feminino de Campo Grande. Publicada no Diário Oficial do

Estado n. 1821 de 22/05/1986. Disponível em <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe>. Acesso em 16/09/2017.

_____ **Portaria Agepen n. 09 de 10 de julho de 2014.** Dispõe sobre o ingresso de agentes religiosos nas unidades penais da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário. Publicada no Diário Oficial do Estado n. 8.712 de 10/07/2014. Disponível em <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe>. Acesso em 16/09/2017.

_____ **Portaria Agepen n. 05 de 22 de junho de 2015.** Institui o Concurso Miss Penitenciária Estadual no âmbito da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS Publicada no Diário Oficial do Estado n. 8.947 de 25/06/2015. Disponível em <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe>. Acesso em 16/09/2017.

_____ **Portaria Agepen n. 01 de 30 de novembro 1996.** Disciplina o direito de visita nas Unidades Penais no âmbito da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS Publicada no Diário Oficial do Estado n. 7.838 de 02/12/2010. Disponível em <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe>. Acesso em 16/09/2017.

_____ **Resolução n.196 de 10 de outubro de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

BAGNO, C. **Preconceito linguístico.** O que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna - a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Manual de Sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2014.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sári Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Coimbra: Porto Editora: 1994

CAMACHO, R. G. **Da Linguística formal à Linguística social.** São Paulo: Parábola, 2013.

CALVET, L. J. **Sociolinguística, uma introdução crítica.** Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CESARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. **Sociolinguística.** In: MARTELOTTA, Marcos Antônio (org). *Manual de Linguística.* 1. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009. P. 141-156.

CABELLO, A.R.G. **Processo de formação da gíria brasileira,** Alfa (São Paulo), v.35, p.19 –53,1991.

_____. **Linguagens especiais: realidade linguística operante.** Uniletras, Ponta Grossa, PR, n.14, p.167-182, 2002.

COELHO, Izete Lehmkuhl. et al. **Para conhecer sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Sociolinguística.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2012.

CORRÊA, Júlio César Portela. **Gíria: o universo linguístico de adolescentes infratores do Paraná.** 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina.

DIAS, Daniel Quaresma. **Exu Capa Preta.** Outubro de 2013. Disponível em: <http://ocalafrio.blogspot.com.br/2013/10/exu-capa-preta.html>. Acesso em 14, outubro, 2017.

DINIZ, Débora. **Cadeia – Relatos Sobre Mulheres.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

FERRERO, Ernesto. **As gírias da vida marginal, de 1500 até hoje.** Verona. Mondadori, 1972

FILIPAK, F. **Teoria da Metáfora.** Curitiba. Livros HDV, 1983.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder.** São Paulo. Editora Martins Fontes, 1991.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos.** Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LEITE, Y. e CALLOU, D. **Como falam os brasileiros.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

LEITE, M.Q. **Preconceito e intolerância na linguagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

LEOPARDI, M. T. **Metodologia da pesquisa na saúde.** Santa Maria: Pallotti, 2001. p. 251-256.

MARTELOTTA, Mario. (org). **Manual de Linguística.** São Paulo. Contexto:2008.

Michaelis. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 10, outubro, 2017.

MOLLICA, M. C. e BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística - o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2015.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

MOURA, M.L.S.; FERREIRA, M.C.; PAINE.A. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

OLIVEIRA, Jailson. **Canta Lili**. 2017. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=EAEZdR2ipxE. Acesso em 20 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, M. L.T. **A gíria dos internos da FEBEN**. Dissertação de mestrado em Língua Portuguesa – PUC, São Paulo. 2006

PADODINHO, Zeca. **Talarico, ladrão de mulher**. 1992. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=XMHsZquZQA0. Acesso em 15 de julho de 2017.

Patriota, M.L. **Uso e aceitação/rejeição das gírias por professores do ensino básico**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. 2006

PRETI, D. **A gíria e outros temas**. São Paulo: T.A. Queiroz : Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

_____ **A gíria como elemento de interação verbal na linguagem urbana**. In: Estudos de Língua Oral e Escrita. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 65-113.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

RICALDE. M.C. (Org.). **Vade Mecum Jurídico**. 1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2015.

REMENCHE, M. L. R.. **As criações metafóricas na gíria do sistema penitenciário do Paraná**. Dissertação de Mestrado. UEL. Londrina, 2003.

SARAIVA, G. **A Gíria Brasileira – Dos marginais às Classes de Elite**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1988.

STELLA, Lea Poiano. **“Ta tudo dominado”: a gíria das prisões**. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentado a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SENEFONTE, Fábio Henrique Rosa. **Puro x impuro / sagrado x profano: percepções de professores sobre gírias nas aulas de inglês** – Londrina, 2014.

TARALLO.F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985

UNESCO (2006). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Barcelona, 2010. Disponível em: direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em 22 fevereiro 2018.

VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ANEXO 1

Capivara de gírias

A lista de gírias, apresentada neste anexo, foi intitulada como *Capivara de gírias*. No ambiente prisional, puxar a capivara significa consultar a ficha de antecedentes criminais de uma pessoa, sendo, em alguns casos, bastante extensa. Esse termo remete a uma planta trepadeira originária do Brasil, conhecida como “capivara¹⁶” que possui um cheiro desagradável, dando ideia de que a ficha criminal pode ser cumprida e mostrar algo que não cheira bem à sociedade.

Fazendo analogia a esta expressão, levantamos os termos gírios mais usuais no sistema penitenciário e os incluímos no glossário desta pesquisa. Fazem parte da lista, além dos mencionados pelas participantes, os colhidos em sites da internet, teses e apostila disponibilizada no curso de formação de agente penitenciário da Agepen, no ano de 2008.

Apresentamos a seguir, em ordem alfabética, as gírias prisionais com seus respectivos significados.

A casa assentou – fim de rebelião
 A casa subiu – começou uma rebelião
 Aliviar a mente – manter relação sexual
 Abanar – sinais criados pelas presas para se comunicar com os detentos da penitenciária masculina
 Abraçar a bronca – assumir a culpa dos outros
 Abrir – fugir
 Aga – simular, dar cobertura
 Ajudazinha – propina, suborno
 Alcaguetar – dedurar, passar informação ou acusar alguém
 Alcaguete – aquele que alcagüeta, delata
 Aliviar – sair fora
 Amalocado – escondido, guardado, entocado
 Androide – pessoa guiada, robô
 Antena – o preso que está espreitando
 Anzol – seringa hipodérmica

¹⁶ Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa define capivara como: trepadeira (*Aristolochia birostris*), da família das aristoloquiáceas, originária do Nordeste brasileiro, especialmente do Piauí e da Bahia, com grandes fores amarelada, às vezes malcheirosas.

Arrastão – indivíduo que prejudica o grupo ao delata-lo
 Arrastar – perder um privilégio por quem alguém quebrou um acordo
 Arregaçar – o mesmo que “botar pra quebrar”, espancar, se dar bem
 Arrego – favorecimento mediante propina, ceder a um acordo
 Arrepiar – impor medo, terror, surrar
 Assou – foi identificado, flagrado
 Atentou – saber
 Avião – indivíduo que repassa drogas, pratica a venda de drogas, ou apenas transporta para alguém.
 Back – enforcar alguém até que se perca os sentidos
 Balaço – bala de revólver
 Bagulho – maconha, também são assim chamadas as mercadorias resultantes de furtos e roubos
 Bagulheiro – preso que arrecada mercadorias no presídio para enviar para familiares
 Balançar a cadeia – Revolta /gritaria
 Balinha – porção destinada a fazer cigarro de maconha
 Banho – comprar e não pagar, roubar
 Barca – viatura policial que realiza escoltas, significa apenas as viaturas maiores, tipo Blaser
 Barracão – conjunto de dormitórios Beca – roupa
 Barraco – dormitório
 Barulho ou fazer um barulho – revelar-se, promover gritarias
 Baseado – cigarro de maconha
 Berro – revólver
 Bico/bicudo – funcionário
 Boi – banheiro
 Bicuda – estoque / faca
 Bobo – relógio
 Boca – ponto de venda de drogas
 Boca larga – revólver, pistola, arma de fogo
 Boca limpeza – local seguro
 Boi – buraco dentro do coletivo, destinado à satisfação das necessidades fisiológicas
 Boia – alimentação
 Boneca – homossexual
 Boiola – homossexual
 Bomba – aparelho celular habilitado e utilizado pelos presos no interior de presídios
 Bonde – transferência de uma cadeia (ou presídio) para outro;
 Bota-fora – advogado
 Botar ferro pra dentro – o mesmo que passar o cano
 Botinha – cigarro com filtro
 Braço (ou shock) – pessoa de confiança, pode ser homem, mulher ou criança
 Branco(a) – cocaína
 Brinca demais – expressão exageradamente empregada e que significa facilitar muito
 Brinquedo – arma ou armas em geral
 Brizola – cocaína
 Bronca – assalto

Cabrito – veículo adulterado, roubado ou furtado; detento homossexual
 Cabuloso – incerto, arriscado, perigoso, ameaçador. Ex.: fita é cabulosa;
 Caçar assunto – arrumar confusão
 Cambar – ir embora
 Caído – malvestido
 Cair – o mesmo que ser preso. Ex.: o “China” caiu (o “China” foi preso)
 Caminhado – fato ocorrido
 Canelar – correr, fugir
 Canguru – revista em que o indivíduo nu abaixa-se três vezes
 Cão – ânus
 Cano – arma, revólver
 Capa-preta – Juiz
 Careta – cigarro comum
 Cascão – guarda ruim
 Cascuda – vasilha utilizada nas refeições
 Casinha – emboscada, armadilha
 Castelar – pensar (mantendo relação sexual)
 Chapéu mexicano – falta de informação
 Chapô – indivíduo fora de si
 Cavala – Mulher bonita e grande
 Cento e setenta e um – Faroleiro, malandro, pessoa que argumenta bem
 Central – central telefônica clandestina
 Chacoalhar – atirar em alguém
 Chico Doce – arma branca (caibro enrolado em um tecido usado para bater em quem comete alguma falha)
 Choca – bebida fermentada feita dentro da cadeia
 Choque de mente – apavorar alguém
 Churrasqueira – grade que cobre o pátio interno
 Ciente – saber algo
 Chorro – batedor de cadeia
 Cimento – cocaína
 Cinco Salomão – matador de policial
 Cola aí – venha até aqui
 Coazada – o mesmo que conversa fiada
 Cofre – pessoa que carrega objeto no ânus
 Coisa – maconha
 Colar o brinco – tapa na cara / orelha
 Colmeia – guarda roupa
 Come-quieto – homossexual que mantém relacionamento sexual
 Comprar – assumir a briga de alguém
 Conspirar – fazer algo contra o grupo
 Comprar uma hora – pagar para utilizar os serviços telefônicos clandestinas por 1h.
 Cordinha – indivíduo que não gosta de dividir o que tem
 Coruja – cueca
 Corneta Pequeno – canudo para aspirar cocaína
 Correria – perseguir, correr atrás, esforçar-se para conseguir algum intento
 Corrida – ocupação qualquer, pode referir-se a crimes ou a fatos cotidianos.

Corujar – observar
 Cota – tempo
 Coxinha – policial
 Criaca – fazer intriga
 Cria – pessoa nascida e criada na favela, geralmente recrutada pelo tráfico
 Crivo – cigarro com filtro
 Dedeira – anel
 Dar trela – “dar bobeira”, não se precaver
 Dar um boi – liberar, soltar, perdoar alguém. Ex.: vou dar um boi pro cara;
 Dar um güento – tomar de assalto
 Deixar cair – não cumprimentar alguém que lhe estende a mão
 Derrubar – matar
 Desconversar – mentir
 Desfazer – ignorar
 Disandão – homossexual
 Dichavar – ato de desmanchar o torrão de maconha
 Dormir no braço – manter relações homossexuais
 Draga – arma de fogo
 Dragão – revólver
 Duqueatorze – estuprador de homens
 Duquetreze – estuprador de mulheres
 Encomendar a tchôla – contratar prostitutas para as festas que se realizam nos pavilhões.
 Enquadrar – reunir-se para deixar alguém sem saída
 Espremão – espremer o indivíduo contra alguma coisa
 Esqueirar – falar mal de alguém
 Enquadrar – tirar satisfação, acuar, ameaçar
 Escrachado – fato que todo já tem conhecimento ou pessoa cuja atividade todos já sabem.
 Escrachar – entregar, denunciar, contar segredo, abrir o jogo, revelar a muitos algo que sabe
 Escravo – agente penitenciário / carcereiro
 Esparro – sem prestígio, sem moral, desacreditado dentro da cadeia.
 Espiantar – furtar se aproveitando do descuido
 Espim – faca improvisada
 Estar bonado – ter muito dinheiro
 Estar de boa – não fazer nada
 Estar Branco – não tem ninguém na área / está tudo sob controle
 Estar de cara limpa – pessoas que não estão sob o efeito das drogas
 Estar de lagarto – estar cumprindo pena mesmo sendo inocente
 Estar de louco – estar desinformado
 Estar no esqueche – estar no esquema
 Estar no pano – ter alguém para defesa pessoal
 Estar pesando – pedir tudo o que vê
 Estar vendido – não ser informado de alguma situação
 Fazer a curva – mentir
 Estoque – arma improvisada (é utilizada dentro da cadeia)

Farinha – cocaína
Fazer – matar
Fazer a ponte – passar alguma coisa para outra pessoa
Fazer capeta – provocar curto-circuito
Fazer cinco – esperar um pouco
Fazer um corre – correr atrás do que se quer
Fazer uma caibrada – dar uma surra
Fazer um pião – dar uma volta
Febre louca – vontade muita grande de fazer alguma coisa
Feinha – esposa
Ferro – arma curta
Ficar de Jesus Cristo – ser amarrado como Cristo na cruz para ser torturado
Ficar de morcego – ser amarrado na janela de cabeça para baixo
Ficar de porquinho – ser amarrado com mãos e pés para trás e ser torturado
Ficar no ovo – ser protegido por alguém
Ficar na fé – expressão utilizada como despedida, significando adeus, até mais, etc.
Ficar nobre – perder a razão devido ao efeito da droga / cocaína
Firmão – bom
Fissura – desejo incontrollável de consumir drogas
Fita – assunto ou acontecimento que já se conhece
Fora de pluma – fora de si
Fita – atuação, fato qualquer, podendo ser criminoso ou não, dependendo do teor da conversa.
Fita ruim – arriscado
Freio de camburão – ladrão conhecido da polícia /toxicômano
Funcionário – integrante de quadrilha
G ou G 3 – fuzil
Gaiola – espaço entre os dormitórios e a quadra, cercada de grades, onde os internos tomam sol
Gambé – polícia militar
Ganso – pessoa ruim, que fica olhando, encarando o outro
Gato – pênis
Globo – cabeça
Goró – pinga
Geral – revista completa nas celas
Giz – cigarro
Grampo – algemas
Graneleira – mulher que traz drogas na vagina
Grinfa – seringa
Interditar – não permitir que a ex- companheira se relacione com outro bandido
Ir de bonde – ser transferido
Ir na bota – ir atrás de alguém
Ir no corre – procurar
Ir para o piano – ser torturado, interrogado
Irmão – designa “parceiro” da mesma facção criminosa
Jack – estuprador
Jogar massa – mentir

Jega – cama.

Lambreta – pedaço de papel colocado no meio do dedo de quem dorme, ao qual se ateia fogo

Laranja – aquele que assume a culpa no lugar do outro

Latrô – pessoa que mata para roubar

Levantar a casa – fazer rebelião

Lock – louco

Malaco – esperto

Macaca (ou macaquinha) – submetralhadora

Mãe / Mãezona – homem que faz o papel de mulher (parceiro passivo)

Malocar – esconder, camuflar

Mancoso – pessoa que não age certo

Manjatempo – pessoa que se preocupa com a vida dos outros

Mano – companheiro

Mão branca – policial

Maracondia – drogado

Máquina – revólver

Maquinário – armas, ou conjunto de armas.

Maria doida (ou Maria Louca) – aguardente produzido clandestinamente pelos próprios detentos no interior do presídio

Maricona – homossexual não assumido, que tem mulher e filhos fora da cadeia

Melzinho – aparelho celular produto de furto ou roubo que é repassado para os detentos

Mesclado – cigarro artesanal produzido com uma mistura de maconha e crack.

Metranca – arma, cura ou longa

Micro-ondas – forma de homicídio em que são utilizados pneus ou similar, para circundar um corpo e após o que este vem a ser queimado.

Mil grau – difícil, algo muito difícil

Moscar – fazer algo errado

Mocar – esconder algum objeto ou esconder-se

Mocozar – esconder

Moita – qualidade de quem não aparece, não se expõe, “fica na miúda”, fica na moita

Mula – pessoa que realiza o tráfico de drogas ou simplesmente o transporte de droga.

Mulher firmeza – companheira que não falta às visitas semanais

Mundungo – indivíduo que não toma banho

Não pega nada – não tem problema

Não segurar o refrão – pedir ajuda ao funcionário quando está sendo torturado pelos companheiros

Não vira – não pode, não dá

Negar voz – ignorar

Narizinho – cocaína / ato de cheirar cocaína

Ninguém abraça – ninguém acredita

O que está pegando – o que aconteceu

Oitão – revolver cal. 38

Olheiros – o mesmo que vigia

Pagar – almoço (jantar)
 Pagar na missão – não cumprir as normas do grupo
 Pagar um bode – dormir
 Pagar veneno – sofrer
 Parada – assalto, delito criminoso de qualquer espécie.
 Passar o cano – introduzir arma para o interior de estabelecimento prisional
 Passar o cerol – matar
 Passar o rato – matar
 Passarinho – informante, preso que entrega o outro e cuja identidade ninguém conhece.
 Patrão – chefe de quadrilha
 Pé preto – Soldado / PM
 Pé de breque – indivíduo que fala que fez muita coisa, mas não fez nada
 Pé de pato – assassino de ladrão
 Pé de chinelo – é o preso caído, sem respaldo financeiro
 Pé de Porco – agente penitenciário / guarda da cadeia
 Pedalar – girar um lenço ou tecido para procurar namorado(a)
 Penosa – mulher que saiu com muitos homens / galinha
 Perdigão – preso que trabalha como guarda
 Perereca – fogão artesanal, feitos pelos presos, para esquentar suas comidas / vagina
 Pescar a cena – tentar entender o que está acontecendo
 Poeira – cocaína
 Postura – beleza
 Praia – espaço entre os beliches
 Prancha – colchão
 Presidente da cadeia – líder do coletivo, possui poder de mando
 Presunto – defunto
 Pular – furtar, assaltar ou sequestrar
 Pular a fogueira – espancar
 Puto – homossexual que comercializa o corpo espontaneamente
 Quarenta – pistola ponto quarenta, exclusiva de uso policial
 Quebrar a perna – prometer algo e não cumprir
 Quieto – espaço onde se coloca um pano para ficar isolado dos demais
 Rabiola – indivíduo que copia tudo o que outra pessoa faz
 Ratão – relações sexuais durante a visitação coletiva
 Rato – ladrão, trombadinha
 Rato cinza – policial
 Rato de Xadrez – preso que rouba as celas dos colegas
 Responsa – responsável, pessoa de confiança; atribuição, missão.
 Ripado – condenado / vítima
 Rita – colher afiada que serve como faca de cozinha
 Robocop – pequena abertura na porta de aço dos dormitórios
 Sair do ovo – parar de explorar o companheiro
 Roiar – pode significar: esconder, falhar, entregar, esperar,
 Rolha – passar dificuldades financeiras, possuir dívida no interior do presídio
 Samango – policial Militar

Sapo – cadeado
Seguro – cela separada, privada do convívio com os outros internos
Sem intenção – desculpe-me
Sem maldade – desculpe-me
Shock (ou braço) – Pessoa de confiança, pode ser homem, mulher ou criança
Soca - porva – manter relações sexuais
Subiu – acabou
Sumariar – conversar
Talarico – homem que paquera mulher de outro
Talquinho – cocaína
Tatu buracos – compartimentos escavados nas paredes e devidamente camuflados
Tchôla – mulher de bandido, amante, namorada, prostituta. Nunca utilizado à esposa
Teresa / D^a Teresa – corda feita de lençol
Tijolo – tablete de maconha
Tirar o castelo – masturbar-se
Tiriça – doença
Tocar o foda-se – arriscar, ir para cima, fazer algo com inconseqüência.
Tomar enquadro – mão para cima para ser revistado
Tranca – castigo / isolamento
Transporte / blindado – pessoa que transporta objeto no ânus
Treme-treme – motel
Trepado – armado
Três oitão – revólver
Truta – membro de quadrilha, parceiro de confiança para prática de crimes diversos, homem de confiança pessoal, pessoal leal
Tudo as pampas – tudo bem
Urubuservar – observar
Vai cair – vai ser executado, morto
Vai rodar – vai morrer, vai ser executado
Vapor – pessoa responsável por vender a droga, pode ser homem ou mulher
Vazar – fugir
Vencer a lei – atingir o requisito objetivo para benefícios legais
Vendido – desinformado Ventana – janela
Verde / verdinha – refere-se ao dólar
Voou – puxar o colchão para que quem estiver deitado caia no chão
Vulgo – apelido
X 9 – preso que deleta os companheiros/ informante
Xis – cela / xadrez
Zerar a casa – revista minuciosa da unidade
Zebrar – dar errado, falhar. Ex.: a bronca zebrou.
Zica – doença
Zoião – ficar de olho no que pertence dos outros

ANEXO 2

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

Campo Grande, 27 de novembro de 2017.

Ao Senhor:
 Aud de Oliveira Chaves
 Diretor Presidente da Agência de Administração do Sistema penitenciário – Agepen

Assunto: Autorização para coleta de dados linguísticos para pesquisa de pós-graduação em nível de Mestrado

Ilustríssimo Senhor,

Eu, Darlene Alves de Oliveira, Agente Penitenciário da Área de Administração e Finanças, lotada na sede desta Agência, sou aluna do Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem (Mestrado), na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, onde desenvolvo a pesquisa intitulada **FALAR PRISIONAL: AS GÍRIAS UTILIZADAS PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE COMO FORMA DE IDENTIDADE, INCLUSÃO E PROTEÇÃO**, cujo objetivo principal é investigar as gírias utilizadas pelas mulheres em situação de cárcere no Estabelecimento Penal Feminino de Regime Fechado Irmã Irma Zorzi – EPFIIZ.


Para a realização deste trabalho é imprescindível à pesquisa “in loco”, ou seja, a necessidade de estabelecer diálogos com as presas, com perguntas que objetivem a coleta dos termos gírios e suas formas de uso.


Por esta razão, solicito vossa autorização para realizar entrevistas com 20 mulheres daquela unidade prisional, nos meses de dezembro (2017), janeiro e fevereiro(2018). As conversas serão agendadas previamente, a fim de respeitar a rotina diária da unidade e as normas de segurança do presídio.

Saliento que essa pesquisa será de grande relevância para a sociedade, em especial para estudiosos da linguagem, pois poderá instigar novos estudos linguísticos sobre o uso da gíria, contribuindo com a valorização dessa variedade linguística e consequentemente para o enriquecimento da Língua Portuguesa.

Certa de ser compreendida em minha solicitação, agradeço antecipadamente e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


 Agente Darlene Alves de Oliveira
 Mestranda em Estudos da Linguagem - UEMS


 Ciente:
 ProP. Dra. Adriana Lúcia de Escobar C. de Barros
 Orientadora da Pesquisa - UEMS

Recebi 27/11/17
 Tamy Ingrid Rezende
 17:10h
 Agente Penitenciária Estadual
 Administração e Finanças
 .../.../... 84 709 021

ANEXO 3



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Aud de Oliveira Chaves, diretor a Agência de Administração do Sistema Penitenciário - Agepen, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada **FALAR PRISIONAL: AS GÍRIAS UTILIZADAS PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÂRCERE COMO FORMA DE IDENTIDADE, INCLUSÃO E PROTEÇÃO**, sob responsabilidade da pesquisadora Darlene Alves de Oliveira, no Estabelecimento Penal Feminino Irmã Irma Zorzi – EPFIIZ durante os meses de dezembro de 2017, janeiro e fevereiro de 2018.

Saliento que deverão ser observados os procedimentos de segurança da Unidade Prisional.

Campo Grande, 27 de novembro de 2017.

[Handwritten signature]
06.12.17

[Handwritten signature]
Aud de Oliveira Chaves
Diretor Presidente
AGEPEN / MS
Diretor Presidente - Agepen

[Handwritten signature]
04/12/2017
Mari Jane Boleti Carrilho
Diretora do EPFIIZ

ANEXO 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar na pesquisa intitulada FALAR PRISIONAL: AS GÍRIAS UTILIZADAS PELAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE COMO FORMA DE IDENTIDADE, INCLUSÃO E PROTEÇÃO, desenvolvida pela discente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Darlene Alves de Oliveira, RGM:3542, CPF:445260241-04, RG414685 SSP/MS.

Fui informada de que a pesquisa é orientada pela Prof^a. Dra. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail chaves.adri@hotmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Tenho ciência dos objetivos estritamente acadêmicos da pesquisa, que, em linhas gerais é realizar estudos linguísticos sobre o uso da gíria, contribuindo com a valorização dessa variedade linguística e consequentemente para o enriquecimento da Língua Portuguesa.

Fui também esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma **anônima**, por meio de conversas informais com a pesquisadora que anotarás as informações em seu diário. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora que garantiram que, em caso de publicação dos resultados desta pesquisa, minha identidade será mantida no mais **rigoroso sigilo**, sendo omitidas todas as informações que permitam minha identificação.

Fui ainda informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora fone 3901-3526 / 984277368.

Campo Grande, ____ de _____ de ____

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Assinatura do(a) orientador(a): _____  _____